



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto
ESCOLA CLASSE 708 NORTE



Brasília/2020

Projeto Pedagógico

BRASÍLIA – 2020-DF

Ao brincar, a criança assume papéis e aceita as regras próprias da brincadeira, executando, imaginariamente, tarefas para as quais ainda não está apta ou não sente como agradáveis na realidade.

Através dos outros, nos tornamos nós mesmos.

Lev Vigotsky



LISTA DE SIGLAS

BIA- Bloco Inicial de Alfabetização.

CF- Constituição Federal.

CNE- Conselho Nacional

DF -Distrito Federal

EC- Escola Classe

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente.

EEAA Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem.

ENEE- Estudantes com Necessidades Educativas Especiais.

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PCN -Parametros Curriculares Nacionais

PDAF-Programa De Descentralização Administrativa E Financeira

PDDE -Programa Dinheiro Direto na Escola

PNBE- Programa Nacional Biblioteca na Escola.

PP- Projeto Pedagógico

SOE- Serviço de Orientação Educacional

TDAH-Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

SUMÁRIO

1 – APRESENTAÇÃO.....	6
2 – HISTORICIDADE DA ESCOLA.....	9
3 – DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR.....	13
4 – FUNÇÃO SOCIAL.....	22
6 – MISSÃO E OBJETIVO.....	25
7 – CONCEPÇÕES TEÓRICAS.....	26
8- ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA.....	30
9– CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO.....	40
10 – ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DA ESCOLA.....	42
11 –PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PPP.....	46
11.1 – Dimensões de gestão.....	46
11.1.1 - Pedagógica.....	47
11.1.2 - Resultados educacionais.....	51
11.1.3 Gestão participativa.....	54
11.1.3.1 - Conselho escolar.....	58
11.1.3.2 - APM - Associação de Pais e Mestre.....	62
11.1.4 - Pessoas.....	62
11.1.5 - Financeira.....	66
11.1.6 - Administrativa.....	70
12 – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP.....	72
13 – PROJETOS ESPECÍFICOS.....	73
14 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75
15 - PLANO DE AÇÃO DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.....	77

1 – APRESENTAÇÃO

Um projeto pedagógico é um exercício coletivo que se faz sob inúmeros debates, sob os auspícios de diferentes concepções de mundo e de educação. Pensar uma escola em todos os seus aspectos (pedagógico, administrativo, comunitário, etc) não é tarefa para um dia. Não é um propósito que se completa sem dissensos.

O Projeto Político-Pedagógico é uma ação que, de alto a baixo da hierarquia educacional, se apresenta como uma das mais avançadas formas de aprofundar experiências democráticas e consolidar diferentes e inovadoras formas de participação, produzindo criativas maneiras de autonomia relativa nas escolas. (SILVA e CONTI, 2014, p .209

Autonomia que se faz, construindo, ao mesmo tempo, a identidade da escola. Identidade que se firma ao longo dos anos, e que resulta de fatores sociais, políticos, urbanos, culturais, dentre tantos outros.

Considerando o momento atual único de Pandemia Mundial decorrente do COVID-19, segundo delineamento da Portaria nº 61, de 23 de março de 2020 a Escola buscou novas formas de pensar o Projeto Pedagógico e como esse pode ser trabalhado com as Tecnologias Educacionais disponíveis. É uma situação nova, de muitas mudanças e estratégias e ações devem ser pensadas em conjunto, para que possamos ter o melhor resultado possível.

A identidade da escola é parte da resposta para o que se quer atingir. De que crianças falamos? Onde residem? Quais hábitos possuem que fortalecem o papel da escola? Quais não facilitam? Como se dá a presença dos pais e mães na escola? É esporádica ou frequente? Como a escola pode socializar o conhecimento diante de tal configuração identitária? O que falta a ela para que as crianças exerçam com mais propriedade o seu direito a aprender? Que pedagogias estão a favor delas? Os profissionais da educação sabem que,

a organização do trabalho pedagógico proposta pelas escolas e inserida em seus projetos político-pedagógicos, deve contribuir para colocar as crianças, jovens e adultos em situações que favoreçam as aprendizagens. Garantir aos(as) estudantes o direito às aprendizagens implica um investimento (...) que incide também na formação de uma sociedade mais justa e mais desenvolvida nos aspectos

sociais, culturais e econômicos. (DISTRITO FEDERAL , 2014a , p.12)

O conjunto de perguntas feito anteriormente, serve tanto para orientar toda a comunidade escolar sobre os fins aos quais a escola deve alcançar, quanto para direcionar o trabalho para as pedagogias que estão sintonizadas com eles, para que se possa planejar o que é demandado, para que se execute o que é esperado em conformidade com o alunado. Dentro dessa perspectiva, esta proposta de trabalho está sendo construída com o objetivo de propiciar ao fazer escolar de nossa unidade de ensino, uma dinâmica de trabalho que propicie aos nossos alunos uma aprendizagem sintonizada com a diversidade de suas culturas e com o direito de acessarem o conhecimento sendo respeitados os eixos transversais do Currículo em Movimento da Educação Básica, quais sejam: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.

O que se almeja é que

a transversalidade desses temas torne o Currículo mais reflexivo e menos normativo e prescritivo, ao mesmo tempo em que indique que a responsabilidade pelo estudo e discussão dos eixos não é restrita a grupos ou professores individualmente, mas ao coletivo de profissionais que atuam na escola.” (DISTRITO FEDERAL, PT, 2014, p.36)

A ideia é fortalecer a cooperação para o bem comum escolar: pedagógico, administrativo e comunitário. Fazer um esforço de longo prazo para construir práticas de solidariedade e de colaboração no cotidiano da escola. Fora da escola há competição demais. Infelizmente, há exemplos no país de unidades de ensino que há longo tempo desconsideram a cooperação, “estabelecendo competição entre os grupos, estimulando a concorrência e o antagonismo, incentivando a dominação em vez da cooperação, desenvolvendo o sentimento de descrédito, hostilidade e superioridade perante o outro, o que são formas lastimáveis de relações das pessoas entre si “ (GULASSA, 2004, p.115). Não queremos formar feras competitivas, mas pessoas que ,dentro de sua falibilidade, conseguem, por meio do que aprenderam, pensar soluções coletivas para o bem da humanidade mais próxima ou mais distante.

Entendemos que a aprendizagem de cada criança depende de ações integradas que se somam ao papel da professora regente. É nesse sentido que construímos um projeto amplo, que contempla todos os Eixos do Currículo em Movimento, e, que somado à

proposta do SOE, possibilita que a atuação de cada professora não seja solitária e desarticulada do todo administrativo e pedagógico da escola.

O Projeto Pedagógico (PP), assim, foi elaborado em um contexto comunitário, dentro de um calendário previsto para tanto, obedecendo às características da escola, ou seja, preservando sua identidade.

Essa construção foi viabilizada pelo contato com textos pedagógicos e documentos oficiais que viabilizam a Política Social de Educação, particularmente no Distrito Federal, por parte da comunidade escolar, entendida como docentes, auxiliares de ensino, alunos, familiares e responsáveis, todos envidando esforços para a execução de uma prática educativa consistente teoricamente. A participação dos estudantes foi mais um dos instrumentos utilizados na construção deste trabalho por meio de discussões sobre a temática, produção de textos e desenhos sobre o que não gostam, o que gostam e o que podemos melhorar na escola.

A articuladora da Proposta Pedagógica foi a gestora da unidade de ensino e para atender as necessidades de articulação política para esse empreendimento, formou-se uma Comissão Organizadora do PP, composta pelas seguintes professoras: Anelise Pacheco (Diretora); Aline Teles Cristalino (Vice-Diretora); Eunice Barbosa Ferreira (Orientadora Educacional); Abkeila Dias da Silva (Professora Regente); Cristiane Bento de Moraes Almeida (Coordenação Pedagógica); Joana Inácio Ferreira (Professora Readaptada – Supervisora Pedagógica) e Andréa Maia Campos Guimarães (Professora Regente).

À citada Comissão incumbiu-se a tarefa de refletir sobre as metodologias que viabilizariam o trabalho de confecção do Projeto Pedagógico e planejar os mecanismos de participação da comunidade escolar nessa investida. As páginas a seguir, representam o esforço de uma coletividade, empreendido a partir de seu entendimento do Currículo em Movimento e, também, de sua experiência prática com o processo de escolarização. O Projeto Pedagógico aqui elaborado está dividido em tópicos: historicidade da escola, diagnóstico da realidade escolar, função social, princípios orientadores das práticas pedagógicas e administrativas, objetivo, concepções teóricas, organização do trabalho pedagógico da escola, concepções, práticas e estratégias de avaliação, organização da proposta curricular da escola, plano de ação para a implementação do PP e dimensões de gestão.

2 – HISTORICIDADE DA ESCOLA

Este Estabelecimento de Ensino está situado na SHCGN 707 – Área Especial – Brasília-DF, foi inaugurado em 16 de agosto de 1961 com a denominação de Escola Provisória nº 02 da Asa Norte ou Escola Classe da SQ 708 Norte. Através da Resolução nº 95 – CD, de 21/10/76 (DODF nº 30, de 11/02/77 – Suplemento e A.N. da FEDE, vol. II) sua denominação foi alterada para ESCOLA CLASSE 708 NORTE. O telefone para contato é (61) 3901-6922 e o e-mail ec708n@gmail.com e o site: www.ec708norte.com.

Esta unidade dispõe de uma área interna com nove salas de aula, sendo que, uma dessas é destinada ao atendimento da Sala de Recursos, outra para o Laboratório de Informática e as demais para as turmas do 1º ao 5º ano e Classe Especial. A escola dispõe de alguns espaços adaptados para atendimento da Turma Especial TGD (Transtorno Global de Desenvolvimento), dos Projetos Pedagógicos e da Mecanografia.

Constam também as seguintes dependências internas:

- ✓ Serviço de Orientação Educacional
- ✓ Direção
- ✓ Sala dos Professores com copa
- ✓ Sala da Coordenação
- ✓ Cantina e Depósito da Cantina
- ✓ Um pátio coberto
- ✓ Um canteiro central
- ✓ Sala dos Servidores
- ✓ Secretaria

Sete banheiros, sendo: quatro para os adultos, três para os estudantes sendo um masculino, um feminino e um para cadeirantes/crianças com necessidades especiais.

A área externa é composta de:

- Estacionamento
- Parque de areia
- Dois espaços adaptados para prática recreativa
- Terreno livre para horta

Nossa Sala de Leitura foi inicialmente inaugurada com a titulação de Biblioteca Vinícius de Moraes, porém, por não conter os quesitos exigidos em norma específica para sua utilização como tal, junto aos estudantes e comunidade, passou, portanto, a ser denominada de Sala de Leitura.

2.1. Programas federais e local que atendem a escola:

A escola recebe recursos financeiros e materiais provenientes de diferentes programas, sendo que somente o PDAF é local. A seguir, o nome de cada um:

(PDAF): Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) “foi criado para gerar autonomia financeira nas unidades escolares e coordenações regionais de ensino (CREs), nos termos da proposta pedagógica e planos de trabalho de cada uma.”

(PDDE): “tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com conseqüente elevação do desempenho escolar. Também visa fortalecer a participação social e a autogestão escolar”.

(PNLD) Programa Nacional do Livro e do Material Didático o qual é destinado a “disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público”.

(PSE) Programa Saúde na Escola é uma política intersetorial da Saúde e da Educação, “no qual as políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira se unem para promover saúde e educação integral dos estudantes da rede pública de ensino”. A adesão se deu em dezembro de

2018, e aguardamos as ações referentes ao PSE por parte da Unidade Básica de Saúde da 114 Norte.

Hoje, na Escola Classe 708 Norte consta o total de trinta e três profissionais aqui lotados, e quatro educadores sociais voluntário. Todos estão assim distribuídos:

Servidor	Cargo	Função/atuação
Abkeila Dias Da Silva	Professora/efetiva	Professora Regente
Abraao da Silva Queiroz	Vigilante	Vigilância
Adriana Cristina Alves	Professora/efetiva	Professora Regente
Adriana Maria de Lima Jorge	Técnica em gestão educacional.	Apoio de secretaria
Aline Teles Cristalino	Professora/efetiva	Vice-Diretota
Andrea Gualberto Bühler	Professora/efetiva readaptada	Apoio Pedagógico
Andréa Maia Campos Guimarães	Professora/efetiva	Professora Regente
Anelise Pacheco	Professora/efetiva	Diretora
Christiane Rita de Melo Ramos	Professora/efetiva	Professora Regente
Claudia de Moura Pinto Oliveira	Professora/efetiva readaptada	Professora Regente
Cristiane Bento de Moraes Almeida	Professora/efetiva	Coordenadora
Elice Vieira Rego	Professora/efetiva	Apoio Pedagógico
Elisângela Sheila Ferreira Micas	Professora	Professora Regente
Eunice Barbosa Ferreira	Orientadora Educacional	Orientadora Educacional
Fabia dos Santos Lopes	Professor Temporário	Professora Regente
Flávia Catarcione de Castro e Silva	Monitora	Monitora
Francisco das C dos Passos	Vigilância	Vigilante
Ivanilda da Costa Silva	Conservação e limpeza.	Conservação e limpeza.
Jercimar Ferreira Monteiro	Vigilância	Vigilante
Jessica de Freitas Medeiros	Professor Temporário	Professora Regente
Joana Inácio Ferreira	Professora/efetiva	Supervisora

		Pedagógica
José Aécio Rolim Dantas	Agente	Chefe de Secretaria
José Pedro de Oliveira	Vigilância	Vigilante
Kezia Andrade Silva Braga	Professora /Contrato Temporário	Professora Regente
Leila Alexandre de Freitas	Professora/Contrato Temporário	Professora Regente
Luana Barreto dos Santos	Professora/efetiva	Professora Regente
Lucyelda Amenaide de Amorim	Professora/Contrato Temporário	Professora Regente
Maria Celestina Piauí Araujo	Professora/efetiva	Professora Regente
Roberta Loretta Werneck Pinto	Professora/efetiva	Professora Regente
Silvia Cristina Cordeiro Santos	Professora/Contrato Temporário	Professora Regente
Solange Gonçalves Carneiro	Professora/efetiva	Professora Regente
Vanda Maria Aparecida da Silva	Professora/efetiva	Professora Regente
TERCEIRIZADOS		
A Unidade Escolar conta com 5 agentes de conservação e Limpeza (Empresa Juiz de Fora), 2 agentes de vigilância (Empresa Global) e 2 auxiliares de cozinha/merenda (Empresa G.E)		

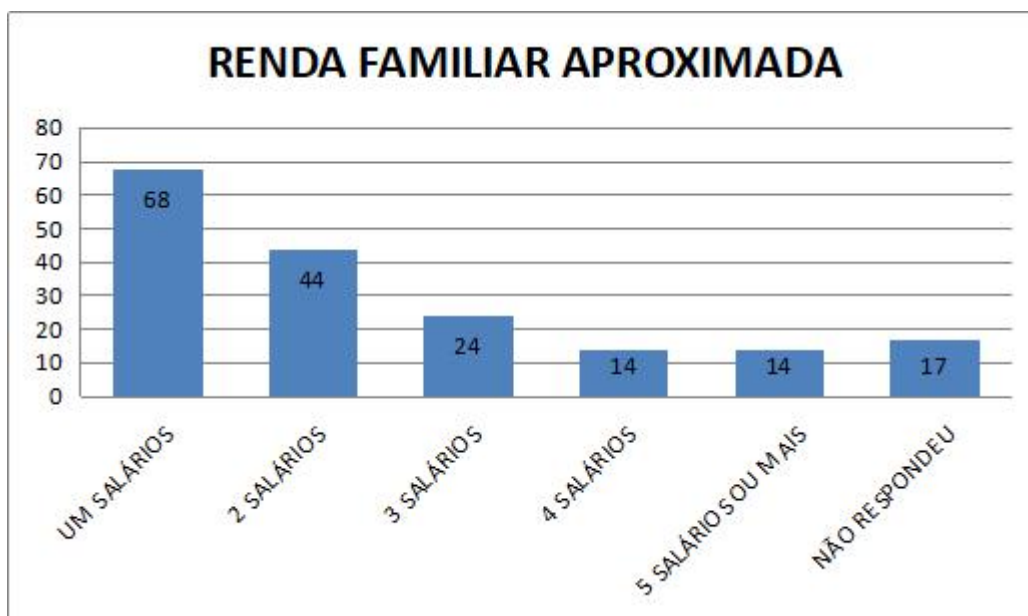
3 – DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

Para o preenchimento dessa seção utilizamos o ano de 2019 como referência, visto que em 2020, por conta da Pandemia COVID-19, segundo delineamento da Portaria nº61, de 23 de março de 2020 as atividades escolares foram suspensas até 22 de junho, o que impossibilitou a aplicação do questionário com as famílias dos estudantes no ano corrente.

Ao fazermos um diagnóstico, tomamos conhecimento da realidade social de nossos alunos e da escola, seja em termos pedagógicos(o que inclui as avaliações sistêmicas), seja em termos de estrutura física e de recursos pedagógicos. Os dados coletados por turma ,em 2019, indicam que estamos em uma escola do Plano Piloto, onde majoritariamente seus alunos são das outras regiões administrativas do DF, e do Entorno, respectivamente, 65% e 3%.

Ao realizarmos um diagnóstico inicial, tomamos conhecimento da realidade social de nossos estudantes, seja em termos de ensino-aprendizagem (o que inclui as avaliações sistêmicas), seja em termos de estrutura física e de recursos pedagógicos. Além disso, as características de ordem econômica, grau de escolaridade, local de residência e declaração étnica racial foram coletadas por meio de questionários. Esses questionários foram enviados a todos os pais/responsáveis em março de 2019 totalizando 252 questionários desses 181 foram respondidos o que corresponde a 71,82%.

Os dados obtidos indicam que estamos em uma escola do Plano Piloto, onde majoritariamente seus alunos são das outras regiões administrativas do DF, e do Entorno, respectivamente, 59,7% e 3,3%, assim, apenas 37% pertencem a região de Brasília. As características de ordem econômica estão representadas no gráfico abaixo, no qual podemos concluir que aproximadamente 75% das famílias recebem até 3 salários mínimos.



É importante registrar que a Unidade de Ensino recebe 7 (sete) crianças que estão acolhidas, por medida protetiva, em um abrigo próximo residindo ,temporariamente ,no Plano Piloto, ate que suas situações judiciais sejam finalizadas. O grupo demanda da escola uma atenção específica, tendo em vista, o direito a uma vida comunitária, por mais breve que seja sua estada no acolhimento.

Quanto ao grau de escolaridade pai/homem responsável pelo lar, podemos observar pelas respostas, na tabela abaixo, indicam que apenas 13% possuem nível superior:

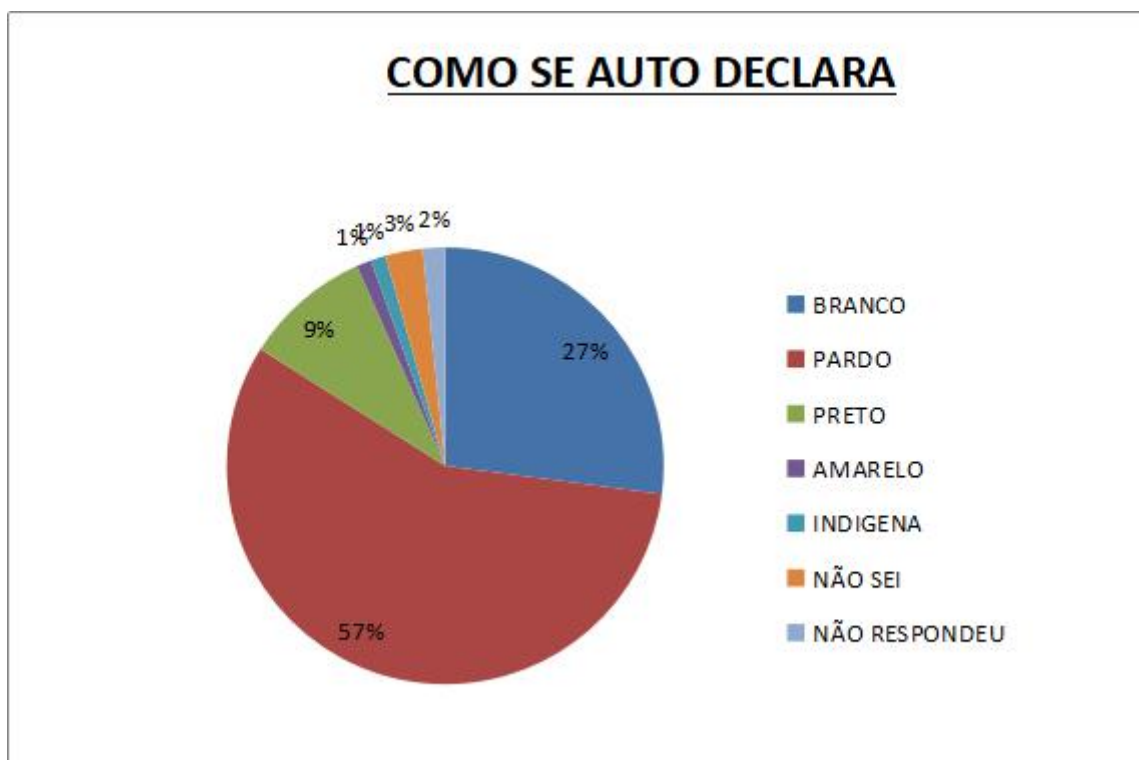
GRAU DE ESCOLARIDADE PAI/HOMEM REPONSÁVEL	
EF COMPLETO	38
EF INCOMPLETO	9
EM INCOMPLETO	11
EM COMPLETO	39
ES INCOMPLETO	18
ES COMPLETO	35
NÃO POSSUI HOMEM RESPONSÁVEL	22

Já, quando repetimos essa questão, em relação à mãe\mulher responsável pelo lar, podemos observar, por meio dos dados obtidos, que só 14% possuem formação em nível

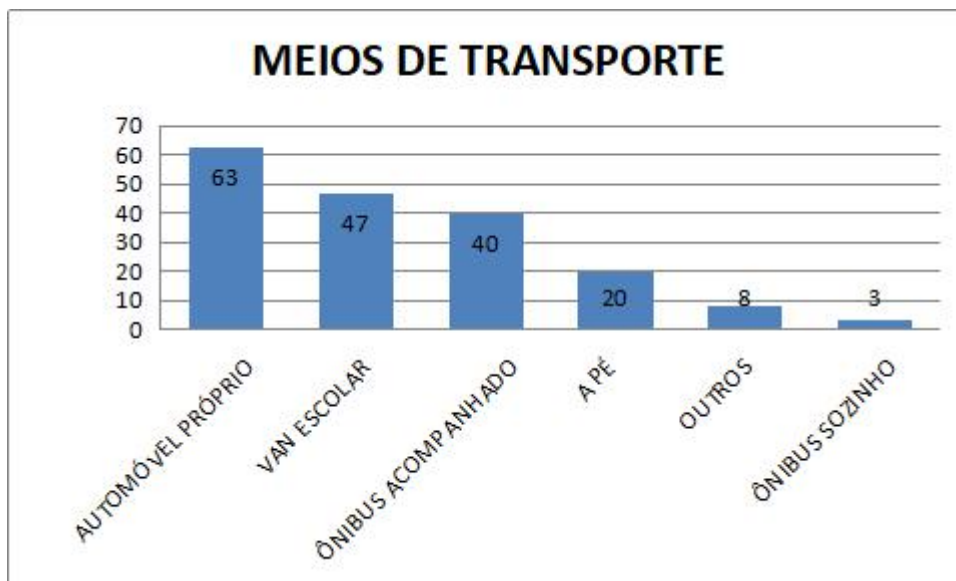
superior, estando a maioria está entre o ensino médio incompleto e o ensino superior completo.

GRAU DE ESCOLARIDADE MÃE/MULHER REPONSÁVEL	
EF COMPLETO	29
EF INCOMPLETO	3
EM INCOMPLETO	30
EM COMPLETO	50
ES INCOMPLETO	30
ES COMPLETO	37
NÃO RESPONDEU	2

Quanto à auto declaração étnica racial o questionário teve como resultado o gráfico abaixo, no qual podemos observar que a maioria se declara parda, seguido de branco e preto.



As respostas também indicam que a maioria utiliza transporte particular (automóvel) para chegar à escola, seguindo de transporte escolar (vans) e ônibus de linha acompanhado.



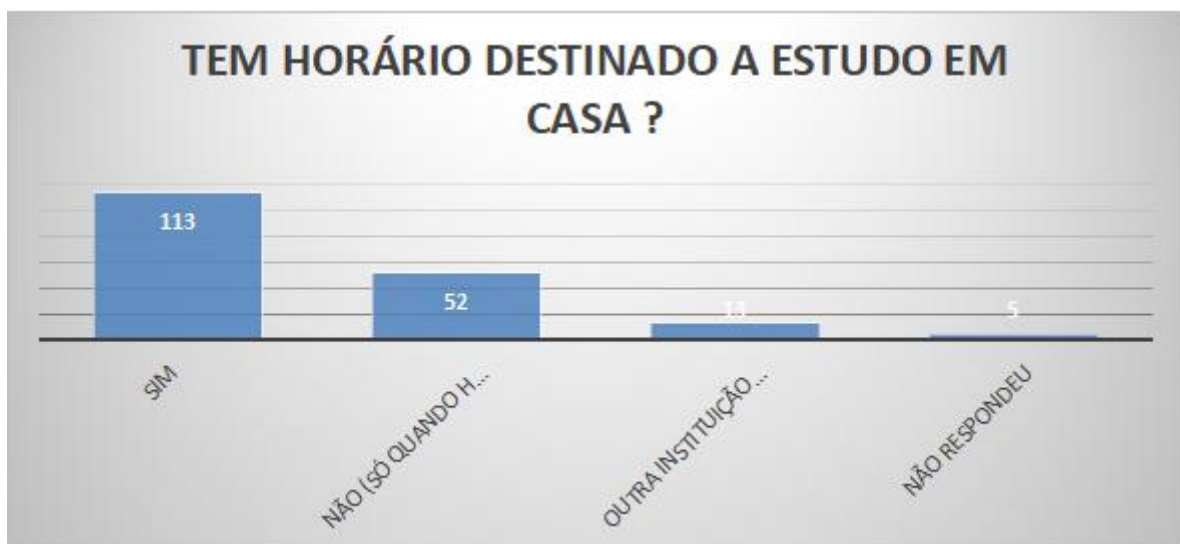
Foi questionada a presença de revistinhas e livros em casa, nessa questão, muitos responderam que há revistas em casa, em diferentes quantidades como é possível observar no gráfico abaixo.



Sobre a fonte de pesquisada mais utilizada para realização das atividades escolares, a maioria dos pais/responsáveis respondeu que a mais utilizada é a internet, seguida de livros e revistas.



Quando questionados sobre os hábitos de estudo em casa, a maioria dos responsáveis respondeu que o estudante tem um horário para estudo todos os dias e cerca 30% responderam que só estudam quando sabem que terão provas e/ou deveres. Observe abaixo:



O questionário perguntou quem é o responsável para o desenvolvimento de hábitos de estudo na criança e obteve como resultado as informações expressas no gráfico a seguir:



O questionário tinha uma pergunta de resposta aberta, relativa às melhorias que os respondentes gostariam para a escola. Houve, para ela, 98 respostas em branco. Aqueles que a responderam, deram como sugestões:

- Aulas de reforço;
- Aumentar a tarefa de casa;
- Laboratório de informática;
- Laboratório de ciências;
- Atividades pedagógicas externas;
- Parquinho de brinquedos;
- Aulas de Língua estrangeira, artesanato e esporte;
- Melhorias no banheiro;
- Mais segurança;
- Trabalho com bullying; e
- Desenvolvimento das competências socioemocionais.

Possuímos um quadro de professores majoritariamente efetivos e constituído em sua totalidade por profissionais do gênero feminino. Mais de 50% está com mais de 40 anos, 40% entre 30 e 40 anos e 10% com menos de 30 anos.

56% dos professores se autodeclararam brancos e 44% pardos. Quanto à escolaridade, os dados estão apresentados na tabela abaixo:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PROFESSORES	
SUPERIOR	3
ESPECIALIZAÇÃO	13
MESTRADO	0

A maioria dos professores faz uso do livro e da internet para pesquisas e elaboração dos planos de aula. 70% dos professores estão trabalhando com alunos de sua faixa etária preferida e dentre as dificuldades citadas, as que tiveram mais respostas foram:

- Dificuldades em lidar com alunos especiais e sem Educador Social Voluntário (ESV).
- Dificuldade em lidar com a agitação e ansiedade dos alunos.
- Falta de acompanhamento dos pais.
- Dificuldade em adaptar o currículo às realidades e diferentes necessidades dos alunos.

Quase 90% (14 professores) responderam que enxergam a Coordenação Coletiva como um momento que propicia debates, problematizações e resoluções das questões trabalhadas na escola. Todo o quadro docente acredita que a aproximação entre teoria e prática auxilia o trabalho pedagógico. Quanto à família dos estudantes, os professores tem como expectativa uma parceria e que haja uma valorização do trabalho pedagógico e do professor.

No que diz respeito aos profissionais da Carreira Assistência e, também, os profissionais terceirizados/ voluntários, obtivemos oito questionários respondidos, em um total de 21 lotados na unidade.

Mesmo com uma resposta minoritária, menos de 50 %, acreditamos ser importante registrar que dentre os 08 respondentes, 02 possuem Curso Superior Completo, sendo que possui título de especialista. São detentores de Ensino Médio Completo, 03 funcionários; de Ensino Médio Incompleto, 02 funcionários; e apenas 01 possui Ensino Fundamental Incompleto. Apenas 06 desses funcionários disseram que a formação concluída colaborava para o exercício de suas funções. Quanto às dificuldades apresentadas na execução de suas funções, 05 entrevistados preferiram não se pronunciar. Os 03 respondentes afirmaram como problemas do cotidiano: falta de material e equipamentos, falha na comunicação entre os setores, e a divergência entre as instruções expedidas pelos funcionários e a execução dos docentes. Quanto às sugestões emitidas pelo grupo para o setor em que atua,

houve apenas 02 respondentes: melhorar a iluminação externa e maior oferta de cursos pela SEEDF.

Ao apreciarmos as respostas provenientes dos questionários, pudemos conhecer melhor a comunidade escolar e, lançar as bases para futuros empreendimentos na escola, a exemplo do parquinho, a ser concretizado com verbas de emenda parlamentar. Outras iniciativas, como o conserto dos toldos, poderá ser pago com verbas obtidas com rifas e recursos próprios (APM). Outras iniciativas sugeridas pela comunidade escolar no questionário mencionado, poderão ser concretizadas, inclusive, por meio de decisões do Conselho Escolar. Devendo haver pauta para tais decisões. Em tempo, já foram comunicadas às famílias, em Reunião de Pais, os resultados dos questionários preenchidos por eles. Foi informado, também, o resultado, dos desejos proferidos pelos alunos, para a escola.

A unidade escolar está cadastrada no PDDE MEC com o número: INEP 53001788 e na CREPP – SEEDF sob a numeração 0047.

Contamos hoje com o total de duzentos e oitenta e oito estudantes matriculados, distribuídos em dois turnos, seguindo descrição de tabela a seguir: (dados da 1ª quizezena de junho de 2020).

Turma	Turno	Número de Estudantes	ANEE
Classe Especial TGD	Vespertino	2	2
Classe Especial	Matutino	6	6
1º ANO A	Matutino	24	0
1º ANO B	Vespertino	23	0
1º ANO C	Vespertino	15	1
2º ANO A	Matutino	25	0
2º ANO B	Matutino	21	1
2º ANO C	Vespertino	21	1
3º ANO A	Matutino	24	2
3º ANO B	Vespertino	18	1
3º ANO C	Vespertino	22	3
4º ANO A	Matutino	27	3
5º ANO B	Matutino	19	2

5º ANO A	Matutino	20	4
5º ANO B	Vespertino	23	3

Em 2019, de um total de duzentos e quarenta e quatro (244) alunos matriculados, 17 foram retidos. Observando que as retenções somente acontecem ao fim do primeiro e segundo blocos, o maior número de retenções ocorreu nos 3os anos, no quais, doze (12) estudantes não foram promovidos. Um total de 05 alunos foram retidos no 5º ano, sendo que um estudante de 1º ano foi retido por excesso de faltas.

Em nossa apreciação, os resultados da Prova Brasil (90% entre os níveis 4 e 5, em Português e Matemática) encontram-se satisfatórios, embora queiramos ampliar os patamares de aprendizagem. O IDEB alcançado por nós, está na casa do 6,2 (em 2015), após ter sido 5,3 (em 2013), o que significa uma progressão que deve continuar em andamento.

4 – FUNÇÃO SOCIAL

A função social da escola é oferecer ao nosso estudante, em sua pluralidade, uma educação com qualidade social, integradora de todos os aspectos do desenvolvimento humano, contribuindo, assim, para a formação de pessoas solidárias e conscientes dos desafios por quais passam o país e o planeta. Tudo isso se faz na expectativa de que todos os alunos, em sua diversidade socioeconômica e cultural, possam acessar os conhecimentos universalmente acumulados, por meio do currículo, forjando condições para serem futuros propositores e executores de uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais igualitária.

Considerando o momento único que estamos vivenciando, por conta da Pandemia Covid-19, a função social da Escola Classe 708 Norte ganha ainda mais relevância. Embora seja considerada uma situação de risco, há diversas ações sendo construídas nesse momento e é por isso que a gestão da comunicação é de extrema importância. Há de se considerar todas as realidades encontradas na escola, entre crianças que têm acesso à nutrição adequada em casa, e as que tinham na merenda escolar a única refeição do dia, entre as que têm computador e um local adequado para estudar em casa, e as que não tem acesso à internet, nem tão pouco água encanada e saneamento. Esse momento está nos mostrando que qualquer saber só faz sentido se estiver ancorado em valores universais

como direitos humanos, empatia, solidariedade, e se estiver conectado às necessidades reais das pessoas e seus contextos.

5 – PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS

Queremos assegurar um profundo compromisso com a ética da promoção da vida, traduzindo esse compromisso em ações concretas junto aos educandos, realizando, na prática, os princípios e valores que devem nortear a vida cidadã. E a vida digna está relacionada com o exercício de direitos consolidados em lei, que devem ser promovidos pelo Estado. Afinal, segundo o Art. 3º da Constituição Federal 1988), os objetivos fundamentais de nossa República, são:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A vida somente é possível mediante o atendimento de necessidades humanas básicas. A educação faz parte de um complexo de fatores que promove a vida, e deve ser norteadada para tornar a existência mais profícua, mais consciente e promotora do bem-comum, que se pauta pelo exercício da ética.

A ética, particularmente,na ação educativa deve estar a serviço da preparação de nossos educandos para fazer escolhas fundamentadas, dotando-os de bons e justos critérios para decidir com propriedade frente aos mais diversos problemas. Para tal resultado, a escola precisa trabalhar adequadamente os eixos transversais do Currículo em Movimento da Educação Básica,que são: Educação para a Diversidade; Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.

O espaço escolar deve organizar-se em torno de relações sociais e pedagógicas menos hierarquizadas, mais dialogadas e cooperativas, “a aula, espaço-tempo privilegiado de formação humana e profissional, requer certo rigor no sentido de construir possibilidades de aproximação crítica do objeto do conhecimento com liberdade, autonomia, criatividade e reflexão” (SILVA, 2011, p. 212).

Entendemos que para vivenciarmos o currículo de maneira articulada, integrando partes, precisamos dar um foco central a quatro princípios inalienáveis:

- unicidade teoria-prática;
- interdisciplinaridade;
- contextualização e
- flexibilização.

Veiga (2006) , a partir de Vázquez (1977), ao abordar a relação entre teoria e prática, afirma que ele considera a autonomia e a dependência de uma em relação à outra; entretanto, essa posição da prática em relação à teoria não dissolve a teoria na prática nem a prática na teoria, tendo em vista que a teoria, com sua autonomia relativa é indispensável à constituição da práxis e assume como instrumento teórico uma função prática, pois “é a sua capacidade de modelar idealmente um processo futuro que lhe permite ser um instrumento – às vezes decisivo – na práxis produtiva ou social” (idem, p. 215).

Na acepção da práxis, não vemos o conhecimento dividido em áreas isoladas e intangíveis. O que obriga a uma dinamicidade no fazer pedagógico, e, também, na maneira de conceber a avaliação, que mais do que nunca, precisa ser emancipatória, precisa ser reexaminada, para dar condições para que o aluno flua na teia de conhecimentos interdisciplinares. Afinal, uma avaliação de Português nunca é tão somente uma avaliação de Português.

A interdisciplinaridade é um princípio que dinamiza o conhecimento, fazendo com que a setorização do saber seja intimidada, em nome de um pensar integrado, que soma possibilidades de entendimento de uma dada realidade. Por sua vez, a contextualização permite que se perceba que os acontecimentos estão presos a conjunturas políticas, sociais e econômicas, bem como, a todos os conceitos formulados nas diferentes áreas de conhecimento. A flexibilidade quebra com um excessivo e limitante rigorismo na apreensão da grade curricular, que deve ser filtrada a partir do PPP de cada escola. Dessa maneira,

A flexibilidade curricular dá abertura para a atualização e a diversificação de formas de produção dos conhecimentos e para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes, para atender as novas demandas de uma sociedade em mudança que requer a formação de cidadãos críticos e criativos. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p.70)

A flexibilidade apresenta a possibilidade de a escola se ver mais identificada com o currículo, pois redimensiona vários de seus conteúdos, de acordo com a realidade local. Assim, o estudo da Região Nordeste terá mais peso para uma cidade ou estado nordestinos, o que levará cada docente a um cuidado mais específico ao falar de sua vegetação, relevo, climas, etc.

Naquilo que se refere à melhoria do processo ensino-aprendizagem, podemos citar como princípio a adoção de duas estratégias pedagógicas: o Reagrupamento e o Projeto Interventivo. O primeiro, quando na modalidade intraclasse, tem o papel de agrupar crianças no mesmo nível de aprendizagem para que possam superar eventuais dificuldades, passando para níveis posteriores de compreensão de conteúdos. Tudo isso mediante a um planejamento de atividades específico, destinado a esse fim. Na modalidade interclasse, faz-se um intercâmbio de turmas e professores, onde alunos também agrupados no mesmo nível, dividem-se, não por ano de escolaridade, mas por faixa de compreensão da leitura e escrita, por exemplo, com vistas a ultrapassar o estágio em que se encontram, o planejamento para tanto é coletivo, envolvendo toda a escola em um objetivo comum.

O Projeto Interventivo busca atuar junto a alunos que possuem necessidades de aprendizagem específicas, devendo ser visto como estratégia individual, diferenciada, para atender crianças independentemente da idade, devendo ser interrompida assim que a criança supere as dificuldades identificadas. Os alunos com Necessidades Educativas Especiais estarão contemplados pelas duas estratégias sempre que se fizer necessário, e de acordo com suas especificidades. A vivência é um princípio bastante importante, assegurado na LDB, que permite à escola assegurar se é possível à criança progredir para um ano de escolaridade posterior ao seu, devendo ser utilizada sob uma observação de diferentes aspectos, tanto cognitivos quanto emocionais do educando.

O Projeto Político-Pedagógico, assim, é norteado por princípios, que dão consistência ao seu existir. Sempre que novos problemas surgem, volta-se aos princípios, aos elementos que a escola, em seus coletivos, pautou como fundamentais para o exercício de sua missão, sem os quais ela não teria sentido. É também um instrumento que aponta para a Coordenação Pedagógica a permanente análise diante das vivências e dos impasses pedagógicos, pedindo uma compreensão mais alargada das possibilidades da escola, a partir da articulação espaço-tempo. Análise do todo escolar que deve ser levada a todos os partícipes do processo pedagógico com vistas a proposição de novos rumos.

O último princípio, aqui desenvolvido, é o da avaliação formativa, que busca quebrar com a concepção de avaliação como um processo classificador de educando em categorias de prestígio ou desprestígio, ao contrário, pretende valorizá-lo e potencializar suas aprendizagens.

A avaliação formativa possibilita análise e apreciação do processo de ensino e de aprendizagem oportunizando a progressão continuada e assistida das aprendizagens de todos os estudantes de maneira responsável. Com base nessa concepção, torna-se possível corroborar avanços, progresso e continuação de aprendizagens durante toda a trajetória dos estudantes. (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p. 9)

A inclusão e aceitação do deficiente na sociedade é recente e ainda enfrenta muitas barreiras provenientes de preconceitos, desconhecimento e desequilíbrio entre a legislação e a prática. A nossa Unidade Escolar segue os princípios adotados pela SEEDF, conforme a Orientação Pedagógica do Ensino Especial:

- respeito à dignidade humana;
- educabilidade de todos os seres humanos, independentemente de comprometimentos que possam apresentar;
- direito à igualdade de oportunidades educacionais;
- direito à liberdade de aprender e de expressar-se;
- direito a ser diferente.

Assim, com auxílio das professoras, coordenadoras, equipe gestora e orientadora educacional são traçadas estratégias diferentes para cada estudante que exigem um olhar diferenciado no processo de aprendizagem e construção do conhecimento.

6 - MISSÃO - OBJETIVO GERAL

Nossa missão é oferecer uma educação de qualidade (social), é ampliar os espaços, os tempos e as oportunidades de aprendizagens, dando ênfase ao protagonismo estudantil, favorecendo o desenvolvimento integral dos nossos educandos para que eles possam agir construtivamente na transformação social do seu meio e da sociedade. É, ainda, garantir a participação ativa da comunidade escolar no processo educativo, promovendo a interação entre a família e a escola por meio de estratégias didáticas diversificadas, tais como: oficinas; participação nos projetos desenvolvidos na unidade escolar; realização de trabalhos voluntários— conforme os eixos de interesses apresentados; convites para o

desenvolvimento de jogos, brincadeiras, contação de histórias, bazares, almoços, eventos, festas, construção de painéis coletivos, entre outros. Por fim, é proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de transformação social e de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes, preparando-os para a vida.

Promover as aprendizagens para que o sujeito histórico seja capaz de intervir em sua realidade provendo o bem comum.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Promover uma gestão pedagógica eficaz nos processos de planejamento das atividades, de ensino e na avaliação formativa, preparando os alunos para o exercício da cidadania, em conformidade com nossos princípios orientadores.

Fazer a gestão de pessoas de modo eficiente conscientizando a todos das possibilidades e dos limites da tarefa de educar, fazer com que se sintam reconhecidos e corresponsáveis pela escola, que possam planejar e propor ações assumindo cada um à sua parcela de responsabilidade nesta tarefa, acreditando sempre que é possível mudar para melhor.

-Promover uma gestão administrativa eficiente mantendo a escola como um espaço prazeroso, adequando o espaço físico sempre que necessário, contribuindo para o bem-estar de todos os segmentos.

-Elevar o índice do IDEB de 6,2 para além da meta estipulada para 2019 (6,4).

- Diminuir a porcentagem de reprovação no 3º ano (24% em 2019)

7 CONCEPÇÕES TEÓRICAS

A Escola Classe 708 Norte, reafirma seu compromisso com uma educação pública de qualidade em conformidade com a Constituição Federal de 1988, e com a Lei 4.751/2012, da Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do DF.

Pautamo-nos ,também, pelo conteúdo expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-9394/96) a qual afirma que a proposta pedagógica é um documento relevante, tendo em vista que é a partir dela que corpo docente e discente, auxiliares de ensino, pais e responsáveis pelo alunado, podem exercer a gestão da escola com autonomia financeira, administrativa e pedagógica.

Recebendo várias denominações: projeto pedagógico, projeto político-pedagógico ou projeto educativo, a proposta pedagógica pode ser comparada a "uma pequena Constituição", conforme Manuel Álvarez, educador espanhol. Devendo ser lida e aplicada pela comunidade escolar com zelo, o que não quer dizer que não haja flexibilidade quando isso se fizer necessário.

Outros documentos devem servir ao intenso debate que deve embasar e preceder a proposta pedagógica : resoluções do Conselho Nacional da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), além do Currículo em Movimento da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Discussão que deve ser feita obedecendo ao respeito às divergências, construindo alternativas apesar delas, com vistas ao bem comum.

Ao discutir concepções, prioridades, ações, metodologia e formas de operacionalização do fazer escolar, em consonância com os princípios do projeto educacional do sistema público de ensino do DF e das políticas públicas nacionais, cada unidade escolar elaborará suas propostas curriculares, transcendendo a mera definição de datas comemorativas, o “currículo turístico” que se organiza em eventos e festividades, como dia das mães, dos pais, do índio, da páscoa, do folclore, entre outros. A expectativa é que haja uma confluência de práticas e agentes, criando em torno de si “campos de ação diversos”, abrindo a possibilidade para que múltiplos sujeitos, instâncias e contextos se manifestem e contribuam para sua transformação. (DISTRITO FEDERAL , 2014a, p.19)

Um exercício dessa monta, que envolve toda a comunidade escolar , precisa estar antenado com a relação teoria/prática, a fim de que pressupostos teóricos não sejam esvaziados em sua potência pelo pragmatismo que atravessa o cotidiano. Tampouco, o cotidiano, por si só, pode dar a linha do que deve ser pensado pela escola, sem ser mediado por uma reflexão teórica. Processos que precisam se renovar, tal como a própria proposta, que deve mudar conforme a dinâmica da escola o exija, de acordo com o debate promovido por seus profissionais e usuários. A proposta pedagógica será mais passível de incorporação

por estes, quanto mais debatida em sua concepção. O planejamento das atividades pedagógicas e administrativas não será, portanto, órfão de uma condução teórica. Não será mero exercício de uma necessidade burocrática. Ao contrário, buscará desamarrar os fios da alienação (ANTUNES & ALVES, 2004) que estão presentes também no cotidiano escolar, implicando em nossas escolhas cotidianas e em nossas avaliações sobre a educação, os educandos e o mundo.

Somente em uma escola que pautar a difícil realidade material em que está situada, qual seja: a de um país capitalista dependente, com graves índices de desigualdade social, racial e de gênero, e com alarmantes níveis de violência no campo e na cidade; poderá, de fato, cumprir com mais rigor sua função social de socializar o conhecimento universalmente acumulado.

Para tanto, terá que se inspirar, pedagogicamente, nos achados científicos de Vigotski, pensador soviético que sabia da importância

para o desenvolvimento psicológico, da apropriação, pelo indivíduo, por meio da educação sistemática, do ensino intencional, dos conceitos científicos que já foram historicamente construídos pelo ser humano e já têm, portanto, uma existência sócio-objetiva anterior ao indivíduo que vai aprender tais conceitos. (DUARTE, p.247)

Do ponto de vista administrativo, assumimos como Russo (2007) o pressuposto de que “a administração da escola, tomada como sinônimo de organização do trabalho pedagógico, deve ter como fundamento as características e especificidades do processo de trabalho/produção pedagógico escolar.” (p.1). Não se trata de buscar um padrão empresarial para o fazer educativo, para a gestão dos processos que levam a escola a cumprir seu papel de ensinar. Russo (2007), nesse sentido, acrescenta:

Enquanto na sociedade capitalista a produção assume o exclusivo objetivo de produção de mercadorias, o trabalho escolar deveria objetivar a formação e a emancipação de sujeitos humanos para gozar de igualdade e de autonomia. Para tanto, é preciso pensar formas de organização e gestão do trabalho escolar calcadas na solidariedade, isto é, que não violem a natureza do processo educativo, que para ser verdadeiramente humano não pode se dar com base na dominação ou com o uso de autoridade coercitiva e burocrática. (RUSSO, 2007, p. 3)

Dessa maneira, a escola precisa ter uma coerência para se pensar internamente. Se sabe ser crítica na discussão pedagógica, precisa sê-lo administrativamente.

A complexidade do trabalho desenvolvido pela escola exige inúmeros profissionais, e a tarefa de se envolverem em um mesmo projeto, é função que se impõe a direção todos os dias. Se a proposta pedagógica é bem conhecida por todos, mais fácil fica um fazer integrado, que não se pretende sem problemas, mas que se aspira que coletivamente incorporado.

A Pedagogia Histórico-Crítica, teoria criada pelo pedagogo brasileiro Dermeval Saviani, tem como foco a transmissão de conteúdos científicos por parte da escola, porém sem ser conteudista. O ensino conteudista é aquele em que se passa uma quantidade enorme de conteúdo, sem se preocupar com o desenvolvimento intelectual, cultural e de raciocínio do aluno. A teoria de Saviani, no entanto, preza pelo acesso aos conhecimentos e sua compreensão por parte do estudante para que este seja inclusive capaz de transformar a sociedade. Trata-se de uma pedagogia contra-hegemônica, inspirada no marxismo, portanto preocupada com os problemas educacionais decorrentes da exploração do homem pelo homem. É uma teoria de orientação socialista, organizada no Brasil a partir da década de 1980. Sendo assim, na Unidade Escolar procuramos valorizar a educação escolar, tendo o papel de garantir os conteúdos que permitam aos alunos compreender e participar da sociedade de forma crítica, superando a visão de senso comum. A ideia é socializar o saber sistematizado historicamente e construído pelo homem.

Considerando a Psicologia Histórico-Cultural que privilegia a importância das interações sociais para o desenvolvimento do indivíduo e que a aprendizagem obtida na relação das crianças com os adultos e com outras crianças impulsiona o desenvolvimento da criança, é crucial a vivência da criança no meio social e cultural como fator indispensável para o desenvolvimento do ser humano. Desse modo o desenvolvimento psicológico, sendo um processo culturalmente constituído, depende das condições sociais e culturais, além dos modos como as relações sociais cotidianas se organizam. Na nossa Unidade Escolar, oportunizamos diferentes espaços de trocas e vivências entre os estudantes por meio do Recreio Divertido, momento do parquinho e encontros bimestrais nos quais são realizadas apresentações das turmas de acordo com o tema trabalhado no bimestre.

No contexto atual, Pandemia Mundial - Covid-19, esses momentos estão sendo repensados para serem realizados por meio das plataformas de ensino remoto. Até o

momento já marcados um “recreio virtual” por meio do aplicativo MEET que deve ser realizado nas próximas semanas.

8 – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

O trabalho pedagógico compreende todas as atividades teórico-práticas desenvolvidas pelos profissionais do estabelecimento de ensino para a realização do processo educativo escolar.

A organização democrática no âmbito escolar fundamenta-se no processo de participação e responsabilidade da comunidade escolar na tomada de decisões coletivas, para a elaboração, implementação e acompanhamento da Proposta Pedagógica.

A organização do trabalho pedagógico é concebida pelo Conselho Escolar, equipe de gestão, coordenação pedagógica e equipe docente. Além disso, a escola conta com o trabalho da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, que atua na instituição por meio de intervenções a fim de proporcionar sugestões para as queixas apresentadas por professores, pais e alunos. Em colaboração com o SOE, a EEAA identifica os problemas da unidade escolar, por turma, tomando as medidas cabíveis para sanar ou mitigar a problemática.

- **Sobre os professores:**

Em consonância com a Portaria nº395/2018, que trata da distribuição de carga horária do professor, nossos discentes estão organizados da seguinte maneira:

Turno	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã ou tarde	CPIP	Curso ou Coordenação Individual	Coletiva com Professores	Coordenação por Grupo: Bia e 4º e 5º ano	CPIP

- **Sobre as turmas:**

Todas as nossas turmas estão organizadas em anos e ciclos escolares de aprendizagem. Propõe-se o estabelecimento de uma rotina ordinária pedagógica semanal para o estudante dos turnos matutino e vespertino com atividades de psicomotricidade

(PSICO), atividades na sala de leitura (BIBLIO) e atividades no laboratório de informática (INFO).

No turno matutino foram priorizadas as atividades de psicomotricidade e informática no período que antecede o intervalo para assim evitar o período de maior aquecimento visando o melhor desenvolvimento das atividades, considerando que as quadras não são cobertas e que o laboratório de informática não possui ar condicionado. Já para o turno vespertino, as atividades de informática foram mantidas no período que antecede o intervalo por conta dos horários dos servidores que atenderão o laboratório e as atividades de psicomotricidade foram colocadas no último horário para evitar o período de maior aquecimento.

No começo do ano letivo há a realização do diagnóstico pedagógico com todos os estudantes deste estabelecimento escolar e após o resultado desse diagnóstico cada professor deu início as estratégias de aprendizagem previstas para o bloco I e II.

Acolhendo as orientações pedagógicas exaradas para o Bloco Inicial de Alfabetização quanto aos procedimentos para atendimento aos estudantes em suas necessidades são desenvolvidos: reagrupamentos intraclasse, interclasses e projeto interventivo.

Os professores realizam trabalhos diversificados intraclasse em todos os anos com o objetivo de reverter as dificuldades encontradas. Após a execução desta ação, ainda se constatar a permanência das dificuldades pedagógicas, os estudantes são reagrupados de acordo com as necessidades existentes e atendidos em pequenos grupos no atendimento interclasses. Neste momento, ainda persistindo dificuldades pedagógicas, este estudante será atendido interventivamente/ individualmente.

Temos também o serviço da Sala de Recursos que atua no sentido de permitir aos alunos especiais (ENEEs) maiores condições de aprendizagem dentro das adequações curriculares necessárias. A escola conta também com o trabalho das monitoras e das educadoras sociais voluntárias que permitem com seu trabalho, que as crianças especiais não se sintam desconfortáveis em sua trajetória acadêmica, proporcionando-lhes condições favoráveis em situações de cuidados alimentares e higiênicos.

Toda essa dinâmica obriga a uma gestão do tempo cotidiana, pois a rigidez dos tempos escolares muitas vezes é incompatível com as necessidades de aprendizagem dos

escolares. Então, todo o trabalho administrativo e pedagógico da escola precisa estar voltado para o redimensionamento da relação espaço-tempo, privilegiando os momentos de efetiva aprendizagem. Sem que com isso, se perca a dimensão afetiva e lúdica do processo. A adequação do espaço físico escolar para tanto é uma medida incontornável quando diz respeito ao sucesso na aprendizagem.

O artigo 23 da LDB 9.394/96, apresenta possibilidades de organização do tempo/espaço escolar—em nosso caso, partilhamos dos ciclos.

Secretaria de Educação Fundamental Os ciclos de formação baseiam-se nos ciclos de desenvolvimento humano e prevê uma mudança mais radical no sistema de ensino com a não retenção do estudante ao longo do Ensino Fundamental. (SEEDF, 2010, sp)

A adoção do ciclo não quer dizer uma escolha que resulte em sucesso automático, dispensando cuidados maiores. Ao contrário ela requer inúmeros esforços organizacionais por parte da escola. Como avalia o documento de Estratégia Pedagógica do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), a

política de Ciclos tem sido foco de muitas polêmicas e discussões, de avanços e de recuos, e, portanto, não se pode deixar de refletir sobre o papel identitário e social da instituição educacional pública e tomar como ponto de partida a análise da lógica da instituição educacional seriada e suas consequências (seletividade, exclusão, taxas de reprovação).(SEEDF, 2010, sp)

Uma proposta de tal envergadura precisa contar com o apoio da comunidade escolar, até para que ela compreenda a mudança de paradigma em que está inserida a escolarização nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Para ser uma organização eficaz no cumprimento de propósitos estabelecidos em conjunto por professores, coordenadores e diretor, e garantir a formação coerente de seus alunos ao longo da escolaridade obrigatória, é imprescindível que cada escola discuta e construa seu projeto educativo. Esse projeto deve ser entendido como um processo que inclui a formulação de metas e meios, segundo a particularidade de cada escola, por meio da criação e da valorização de rotinas de trabalho pedagógico em grupo e da co-responsabilidade de todos os membros da comunidade escolar, para além do planejamento de início de ano ou dos períodos de “reciclagem”. (BRASIL, PCN INTRODUÇÃO, p.35, 1998)

Assim, a relação escola-comunidade não é mera retórica, está prevista na LDB em seu artigo 12, inciso VI: “a incumbência de articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”

Ainda no art. 13, o papel do professor tem um destaque maior, pois está previsto que os “docentes incumbir-se-ão de colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade” (inciso V).

Os dispositivos legais mencionados fazem com que a função de docentes e direção da escola ultrapasse a mera função técnica, mostrando claramente seu papel político. Aqui fala-se em “articulação”, em saber construir relações destinadas ao bem comum, em que pesem as diferenças entre membros da comunidade escolar. O bem comum é a aprendizagem por parte das crianças, que deve acontecer independente de sua raça, cor, credo, sexo ou orientação sexual.

Considerando o atual contexto, Pandemia Mundial COVID-19, a organização do Trabalho Pedagógico foi reestruturada para utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem, ferramentas do GSuite e Google Sala de aula. Por ser um ambiente novo para a maioria dos nossos professores, todos fizeram o treinamento oferecido pela Escola de formação de professores (EAPE) e estão se adaptando às novas tecnologias na tentativa de construção de uma nova forma de ensino aprendizagem que possa atender a todos os estudantes.

A coordenação pedagógica é responsável por toda dinâmica e distribuição dos conteúdos entre os professores regentes e atribuições aos professores readaptados conforme quadro a seguir:

PLANO DE AÇÃO

UNIDADE ESCOLAR: Escola Classe 708 Norte - MODALIDADE/ETAPA: Coordenação Pedagógica.

OBJETIVO GERAL: A coordenação Pedagógica tem por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático pedagógicas, a fim de dar suporte à Proposta Pedagógica, promovendo ações que contribuam para a implementação das Orientações Curriculares da Secretaria de Estado de Educação em vigor.

NECESSIDADES E DEMANDAS PEDAGÓGICAS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES	PUBLICO	CRONOGRAMA	AValiação DAS AÇÕES
<p>Construção coletiva do trabalho pedagógico.</p> <p>Unificar o trabalho pedagógico</p> <p>Atender as crianças com dificuldade de aprendizagem até conseguirem acompanhar turma.</p> <p>Planejamento coletivo.</p> <p>Coordenação pedagógica.</p> <p>Ampliar os saberes pedagógicos.</p> <p>Formação continuada.</p>	<p>1- Participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação da proposta pedagógica da Instituição Educacional.</p> <p>2- Orientar e coordenar a participação docente nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Proposta Pedagógica da instituição</p>	<p>1-Participação nas reuniões da comissão organizadora.</p> <p>Estudos dos eixos transversais nas coletivas de quarta- feira.</p> <p>2-Reuniões semanais com os docentes e estudos nas coletivas.</p> <p>Análise e discussões dos projetos e parcerias do PPP.</p> <p>Deixar o Currículo e a</p>	<p>1-Membros da comissão para elaboração do PPP, Equipe Gestora, Orientação Educacional, professores regente e readaptados.</p>	<p>1-Toda comunidade escolar.</p> <p>2- Toda equipe educativa da escola.</p>	<p>1-Durante o primeiro semestre letivo.</p> <p>2- Uma vez por bimestre.</p>	<p>1-Através de reuniões semanais na organização dos planejamentos com professores regentes e equipe gestora.</p> <p>2- Observação e</p>

<p>(Estudo nas coletivas).</p>	<p>educacional.</p> <p>3- Articular ações pedagógicas entre professores, equipes de direção e da Diretoria Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações</p> <p>4- Divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas, promovidas pela instituição educacional, pela</p>	<p>Proposta Pedagógica à disposição dos educadores.</p> <p>3-Repassando as informações nas coletivas para os docentes, nas reuniões semanais e em encontros c/ a equipe gestora.</p> <p>Articulando os educadores e as crianças para realização das culminâncias dos temas.</p> <p>4- Organizando as culminâncias, junto aos docentes sobre os temas trabalhados.</p> <p>Informando aos</p>	<p>2-Toda comunidade escolar.</p> <p>3- coordenador intermediário, coordenador local, equipe gestora e equipe docente.</p>	<p>3- Equipe docente e equipe gestora da I. E.</p> <p>4-CRE, coordenação intermediária e equipe gestora.</p> <p>5- Todos os envolvidos no processo educativo.</p>	<p>3- Durante o ano letivo.</p> <p>4- Durante o ano letivo.</p> <p>5-Durante todo ano letivo.</p> <p>6- Durante todo o ano letivo.</p>	<p>acompanhamento do trabalho desenvolvido na I. E.</p> <p>3- No dia a dia da escola e encontros semanais.</p> <p>4- Verificar a participação dos educadores nos eventos propostos.</p>
--------------------------------	---	---	--	---	--	---

	<p>Diretoria Regional de Ensino e pela Subsecretaria de Educação Básica, inclusive as de formação continuada.</p> <p>5- Divulgar, estimular e propiciar o uso de recursos tecnológicos, no âmbito da instituição educacional, com as orientações metodológicas específicas.</p> <p>6- Propor ações educativas que visem ao avanço de estudos e a recuperação do</p>	<p>docentes a importância de participar de: palestras, seminários, encontros pedagógicos e formação continuada.</p> <p>Acolhimento e orientação aos recém chegados quanto aos trabalhos desenvolvidos na escola e apresentação do PPP e do Currículo em Movimento.</p> <p>5-Apresentação nas coletivas dos recursos tecnológicos existentes na escola.</p> <p>Acompanhamento dos educadores no uso desses recursos.</p> <p>6- Participação em</p>	<p>4- CRE, coordenação intermediária, equipe gestora.</p> <p>5- coordenador pedagógico, orientador educacional e equipe gestora.</p> <p>6-Toda a equipe escolar.</p>	<p>6- Educando e educadores.</p>	<p>5- Verificar se o uso dos recursos estão sendo usados adequadamente.</p>
--	---	---	--	----------------------------------	---

	<p>processo de ensino e aprendizagem.</p>	<p>todos os conselhos de classe.</p> <p>Acompanhamento semanal do plano de aula.</p> <p>Elaboração e execução do projeto interventivo, Oficinas pedagógicas e demais ações pedagógicas tendo como alvo a melhoria nas aprendizagens dos educandos.</p> <p>Propondo estratégias de intervenção para melhoria no processo ensino-aprendizagem.</p> <p>Estimulando o uso de diversos instrumentos avaliativos.</p> <p>Preparação de materiais pedagógicos junto aos docentes.</p>				<p>6- Verificar o crescimento dos estudantes através de conversas com os educadores, observações em sala de aula e verificando os meios de avaliação junto aos educadores.</p>
--	---	--	--	--	--	--

8.1 As ferramentas tecnológicas que a escola dispõe para auxiliar na aprendizagem.

Nossa escola possui um laboratório de Informática com 18 computadores com distribuição completa da plataforma LINUX EDUCACIONAL 3.0 interligado na Internet. Contamos, também, com dois aparelhos “datashow”, o primeiro, adquirido por meio de verba advinda do PDDE e, o outro, advindo do MEC, já incorporado ao patrimônio da SEDF. Acrescentamos, que junto ao datashow, o MEC enviou um *notebook*, também patrimônio da SEEDF hoje.

8.2 O serviço de Biblioteca Escolar

No tocante à biblioteca escolar, é sabido de sua importância na formação das crianças. A criança ao ler pode tanto desenvolver um pensamento mais crítico frente a própria realidade, quanto um maior apreço estético e sensibilidade poética (PRETO, 2009) diante do que vê ou ouve.

Não se trata de mero adorno para a escola. A biblioteca escolar é parte fundamental do trabalho de aprendizagem da leitura e escrita:

A biblioteca escolar é reconhecida atualmente como instrumento indispensável no processo de ensino-aprendizagem, constituindo-se em espaço para desenvolver competências para a busca e o uso da informação, e, conseqüentemente, catalisar o aprendizado ao longo da vida. (COSTA, 2013, p.16)

E por essa razão deve ser espaço articulado com o fazer pedagógico cotidiano.

Por isso, bibliotecário e professor são atores fundamentais no processo de ensino-aprendizagem. Ambos devem trabalhar em conjunto no planejamento de atividades pedagógicas que visem facilitar a aprendizagem. (IDEM, IBIDEM)

Não dispomos de bibliotecários na nossa unidade de ensino, como ocorre em toda a Secretária de Educação. Busca-se, no entanto, com o apoio de uma professora readaptada e uma monitora, manter a biblioteca como espaço envolvente e provocativo da leitura, e do hábito de ler. Mesas e TV estão dispostas no amplo recinto, permitindo pontes entre literatura e cinema, entre ciência e documentários. Além de estarem sempre imbuídas da tarefa de articularem os conteúdos de classe com a literatura de nosso acervo, que é bastante significativo, tendo em vista as remessas de livros do Programa Nacional da

Biblioteca Escolar (PNBE) e das aquisições feitas nas Feiras de Livros por meio dos cartões e verbas distribuídos às escolas.

Nesse momento de Pandemia Mundial COVID-19 a escola está semanalmente realizando encontros de coordenação pedagógica às quartas-feiras às 15 horas, pelo aplicativo MEET no qual são discutidas as vivências no ambiente virtual de aprendizagem, dificuldades e êxitos, atividades e conteúdos trabalhados. Nessas reuniões também estão sendo definidos temas Transversais que serão trabalhados por 4 semanas considerando os objetivos e conteúdos disponibilizados pela SEEDF. Nesse primeiro momento, o tema escolhido foi “Saúde e Bem Estar”, assim as atividades e materiais são produzidos com base no tema escolhido.

9– CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF) entende que ao projeto de educação pública democrática e emancipatória, condiz melhor a efetivação de um processo avaliativo com função formativa.

A função diagnóstica está no bojo da avaliação formativa, não deve se dissociar dela. O termo formativo tem a ver com uma capacidade inclusiva da avaliação (manter todos na escola), que ao contrário da avaliação tradicional se associa à luta contra a exclusão da escola.

A função formativa deve atravessar as avaliações da aprendizagem, institucional (autoavaliação da escola) e de redes ou de larga escala. Sua finalidade maior reside em auxiliar, ao invés de punir, expor ou humilhar os estudantes por meio da avaliação. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p.71)

Ao vivenciar um processo de progressão continuada, a escola se obriga a um acompanhamento mais próximo do aluno, bem como a avaliá-lo cotidianamente. O que demanda esforço dos docentes e da coordenação pedagógica para um maior êxito dos alunos, tendo em vista que se trata de um processo educativo sem interrupções, fragmentações, classificações de alunos em níveis ascendentes e sem reprovações anuais. (Ver JACOMINI, 2009)

“É um recurso pedagógico que, associado à avaliação, possibilita o avanço contínuo dos estudantes de modo que não fiquem presos a grupo ou turma, durante o mesmo ano letivo” (VILLAS BOAS, PEREIRA, OLIVEIRA, 2012).

Não se trata de progressão automática, mas de uma modalidade de educação em que as lacunas de aprendizagem são de fato preenchidas, buscando obedecer os tempos exigidos pelo educando. Para tanto, os trabalhos do SOE, EEAA e Sala de Recursos são indispensáveis, assim como as estratégias de reagrupamento e de Projeto Interventivo.

O Conselho de Classe, dentro dessa dinâmica, passa a ter um papel mais colaborativo. Não se trata de mero instrumento burocrático para “passar ou reprovar” alunos. Ao contrário, passa a ter a função de propor medidas que os promova, de avaliar as estratégias em curso (Reagrupamento, Projeto Interventivo, e mesmo os projetos em curso na escola), analisando o que obteve ou não sucesso, junto aos alunos, no decorrer dos bimestres. Os registros do Conselho de Classe são de grande importância para avaliar cada aluno longitudinalmente, inclusive, por docentes dos anos posteriores. Precisam ser feitos com rigor e minúcia, pois se tratam uma biografia escolar do educando, podendo servir de instrumento, auxílio, para sanar ou mitigar problemas atuais ou futuros do mesmo.

As avaliações institucionais externas aplicadas em nível nacional também são bastante importantes para a escola, para a sua PP. Tanto o Saeb, a Prova Brasil, a prova Diagnóstica e a ANA oferecem dados valorosos para o planejamento da escola, devendo ser vistos como instrumentos que ajudam a balizar as estratégias de ensino. Assim, como o IDEB, deve ser interpretado como não como um índice ranqueador (de “ranking”), mas como um recondutor de ações rumo a aprendizagem em cada unidade de ensino.

Com a Pandemia Mundial COVID 19 novas formas de avaliação estão sendo estudadas por nossa comunidade escolar, visto que, com as mudanças no processo de ensino aprendizagem e com o uso dos ambientes virtuais de aprendizagens (AVA) ainda estamos buscando efetivas formas de avaliação. Esse estudo está sendo realizado pela Comissão Local e nas reuniões online de coordenação.

10 – ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DA ESCOLA

A nossa proposta de trabalho no Ensino Fundamental, particularmente nos anos iniciais, é conduzida sob os auspícios do Currículo da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, respeitando seus eixos, que vem a ser: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, e Educação para a Sustentabilidade. Entendemos que a proposta curricular é uma construção que deve ser visibilizada por toda a comunidade escolar, que precisa ter conhecimento da vida acadêmica de seus filhos. Devendo a proposta, dessa maneira, estar disponível na unidade escolar, em um exemplar, para manuseio dos familiares e responsáveis pelas crianças.

No tocante ao BIA, o currículo propõe os eixos integradores: alfabetização, letramento e ludicidade (estas últimas para todo o Ensino Fundamental).

O currículo deve ser apreendido como uma vivência que se reconstrói no decorrer dos anos letivos. “A utilização de estratégias didático-pedagógicas deve ser desafiadora e provocadora levando em conta a construção dos estudantes, suas hipóteses e estratégias na resolução de problemas apresentados”. (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p.9)

Em colaboração com essas estratégias, precisa-se trabalhar de

forma significativa o sistema de escrita (alfabetização), de forma articulada as práticas sociais de leitura e escrita (letramento), o que se dá prazerosa e criativamente por meio do jogo, da brincadeira e do brincar (ludicidade). Nesse sentido, a organização do trabalho pedagógico no BIA e no 2º Bloco (4º e 5º anos) deve ser sustentada por uma didática que provoque pensamento, envolva por situações que favoreçam o aprender na interlocução com o outro, ressignificando a estética da aula e, conseqüentemente, o lugar do professor que articula ações para a emancipação dos estudantes. (IDEM, p.10)

A organização curricular desta Unidade de Ensino parte de Unidades Didáticas de temas ou conteúdos atuais e relevantes socialmente, considerando a interdisciplinaridade, a prática da contextualização e do que é significativo, buscando ir ao encontro do processo de construção de novas aprendizagens.

Os conteúdos estão organizados a partir de diferentes áreas do conhecimento, porém articulam-se em uma perspectiva de unidade, progressividade e espiralização, vinculados diretamente à função social. Cada área do conhecimento

apresenta o desafio de promover a ampliação para aprendizagens contextuais, dialógicas e significativas em que o ponto de partida deve ser orientado por levantamento de conhecimentos prévios do grupo de estudantes com o qual o professor atua. Assim, a organização interna está sustentada levando-se em consideração especificidades de cada área, no sentido de explicitar essencialidades à aprendizagem e promover o trabalho interdisciplinar articulado com eixos transversais e integradores do currículo em movimento (Currículo em Movimento da Ed. Básica da SEE-DF).

A ideia motriz de nossa escola é atuar junto ao alunado de maneira a promover um sentido mais edificante à vida, como valor fundamental, inibindo assim a ideia de que o mercado está acima de tudo. Por isso, decidimos, através da Educação para os Valores, criar condições para que os educandos possam vivenciar, identificar e incorporar valores positivos em suas relações consigo mesmos, com os outros, com o ambiente em que vivem e com o sentido maior da própria existência.

Nossos projetos devem subsidiar as Unidades Didáticas norteando e pontuando conteúdos culturais. Devem estar, portanto, pautada nos quatro pilares da educação, ou seja, aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver com os outros, na medida em que o aluno possa ter autonomia para tanto. A figura do docente como mediador não está fora da edificação desses pilares. Propiciaremos aos educandos espaços e condições para que eles possam através de práticas e vivências, questionar os valores hegemônicos e individualistas de uma sociedade de mercado, e confrontá-los com os valores relativos à solidariedade, companheirismo, tolerância, compaixão, cooperação, cuidado e amor, entre outros, como partes do seu desenvolvimento, emocional, psíquico, cognitivo (ou pessoal) e social.

Faz parte de nossa investida humanizante na escola, a revalorização da ação educativa para a melhoria da qualidade das relações educador-educando na escola, na família e em outros espaços da vida social. Para isso, buscaremos a participação da família, ou dos responsáveis legais pelo aluno, através da elaboração participativa em diferentes momentos do calendário escolar, a exemplo da elaboração dessa PP.

Entendemos que os eixos transversais são mais uma forma de incluir as questões sociais no currículo escolar, que se enriquece através da flexibilidade, uma vez que os temas podem ser contextualizados e trabalhados de acordo com as diferenças locais e regionais. Eles foram escolhidos por um critério de necessidades comuns em todo o território nacional (abrangência nacional) e por um discernimento de urgência social. Os

eixos transversais devem ser trabalhados de maneira interdisciplinar, para que seja possível transformar e aceitar uma visão diferenciada de mundo, de conhecimento e de ensino e aprendizagem. A interdisciplinaridade e a transversalidade se completam, na realidade escolar, com o “olhar” de abordar o conhecimento, como algo ativo, inacabado, passível de transformação e de ser vinculado às questões sociais. Assim, tais eixos perpassarão os conteúdos que passarão a ser organizados em torno de Unidades Didáticas que indicam referenciais para o trabalho pedagógico que deverá ser desenvolvido de forma interdisciplinar, integrada e contextualizada, de acordo com o que é demandado em cada bloco de aprendizagem, ou seja, Bloco I do 2º Ciclo de Aprendizagem (1º ao 3º ano) e Bloco II do 2º Ciclo de Aprendizagem (4º e 5º ano).

Nesta Unidade de Ensino as coordenações pedagógicas são espaços-tempos de reflexão, discussão, formação continuada, de planejamento e da organização do trabalho pedagógico onde se é contemplado a interdisciplinaridade, teoria e prática, contextualização e flexibilização.

A Educação Integral compõe o campo das políticas públicas sociais, tendo suas ações respaldadas por legislação federal e distrital, todas pautadas no princípio de que o dever do Estado para a educação básica vai além da escolarização tradicional, incluindo, assim, o atendimento aos estudantes de forma complexa e híbrida, como uma demanda da sociedade em virtude de transformações sociais, econômicas e políticas.

A partir desse ano, a Escola passou a fazer parte da Rede Integradora, sendo atendida pela Escola Parque 303/304 Norte no turno vespertino. Os alunos que estudam no turno matutino vêm para Escola Classe na qual permanecem até às 12h30, sendo encaminhados por meio de transporte escolar para a Escola Parque para o desenvolvimento das atividades.

A Escola Parque 303/304 inspirada pela proposta inovadora de Anísio Teixeira ao conceber o Plano Educacional de Brasília em 1957, busca desde sua inauguração ampliar os espaços de saberes e interação dos estudantes através da Educação Integral e do ensino das artes e da educação física.

Ancorados pelo Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Fundamental - Anos Iniciais (SEEDF), obrigatório na área de Artes e Educação Física, Orientação Pedagógica, Diretrizes da Avaliação Educacional, Diretrizes da Educação Integral, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Base Nacional Curricular Comum - BNCC, a LDB e o entendimento que temos de pedagogia, baseamos nossas concepções

teóricas também na Proposta Triangular do Ensino da Arte tanto para o conteúdo das Artes como para o da Educação Física.

De acordo com Maria Cristina de Souza Rizzi (BARBOSA, 2002), a Proposta Triangular se apoia em três pilares, o Ler, o Fazer e o Contextualizar:

- Ler: Leva em consideração a crítica e a estética da arte, relaciona sujeito-obra-contexto. No caso das Artes, levamos essa proposta ao pé da letra em como interpretar criticamente o objeto artístico (seja ele na área de artes cênicas, de música ou de visuais) podendo utilizar critérios como pertinência, coerência, possibilidades, esclarecimento, entre outros. Assim, em uma interpretação livre, podemos levar tais critérios ao desporto que também possui em si a possibilidade de, a partir da cultura corporal do movimento, traduzir o gesto, a criatividade e a percepção do ser.
- Fazer: Domínio da prática, tanto das Artes como da Educação Física.
- Contextualizar: Ato de conhecer a História bem como os Fundamentos de cada área, possibilitando a interdisciplinaridade dos temas abordados.

É uma experiência nova para nossa escola e quando estávamos realizando a avaliação dessa parceira (Escola Classe/Escola Parque) fomos interrompidos com a suspensão das atividades escolares por conta da Pandemia Mundial - COVID-19.

11 – PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

O Plano de Ação é uma modalidade de planejamento que agrega as diferentes ações demandadas para a obtenção de um resultado esperado pelos gestores e usuários de um serviço. É aqui que nossa escola pode refletir sobre sua função social, elecando as atividades prioritárias para o ano em exercício, a fim de alcançar os seus propósitos .

A implementação do Plano de Ação requer adequações: a partir da legislação, dos conceitos e diretrizes que norteiam a Política Pública de Educação. Para tanto, faz-se necessário a capacitação continuada, acesso a novas metodologias e tecnologia, mudanças de atitudes e conceitos, para que possamos implementar uma educação de qualidade, socialmente referenciada.

11.1 – DIMENSÕES DE GESTÃO

11.1.1 - Pedagógica

Para acompanhar todas estas mudanças devemos planejar o que temos intenção de fazer, averiguar o que já está disponível, perseguindo o que é factível, prognosticando eventuais mudanças tanto pedagógicas quanto administrativas e físicas, buscando um rumo, uma direção e uma ação intencional com sentido explícito e compromisso definido coletivamente. É necessário elencar os aspectos positivos e negativos que a escola vem apresentando até o presente momento, a fim de analisar o que é passível de descarte, a fim esboçar as prioridades no projeto, e traçar possíveis soluções aos problemas levantados. O que deve ser feito junto a comunidade escolar, para que esta tenha conhecimento dos impasses e entraves que a escola tem para transpor em um mundo em constante revolução tecnológica.

Entende-se que hoje, sem a educação, aliada a outras políticas públicas, jamais poderemos chegar a uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária. Faz-se necessário então que todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, tanto a comunidade escolar interna, quanto a externa tenham clareza sobre todo o contexto histórico social que abriga sua escola. Trabalhando de acordo com as necessidades reais de seus educandos e ao mesmo tempo atendendo as necessidades da sociedade.

É necessário que todos os envolvidos na educação tenham clareza de suas responsabilidades agindo sempre de forma coletiva, banindo individualismos, de modo que

tenham oportunidades de crescimento buscando sempre o diálogo, o entendimento e a solidariedade.

A Escola Classe 708 Norte atende alunos do Ensino Fundamental/Anos Iniciais e Classe Especial, tem por objetivo prestar atendimento educacional especializado a pessoas com Deficiência Intelectual, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Deficiência Física, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno do Déficit de Atenção, Deficiências Múltiplas, Deficiente Auditivo e Altas Habilidades, garantindo a oportunidade de acesso ao desenvolvimento de conteúdos básicos, habilidades e competências, respondendo assim às necessidades educacionais dos alunos. Assim como assegurar os níveis de educação básica aos alunos que não apresentam condições de aprendizagem. Promovendo conhecimentos e hábitos para um melhor convívio social, a adequação de comportamentos, maturidade, independência nas atividades básicas da vida diária. Organizar critérios flexíveis que facilitem o ensino de acordo com as necessidades, condições e diversidade de ritmo apresentado pelos alunos, oportunizando o verdadeiro exercício de cidadania e inclusão social.

Através da prática pedagógica, pretende-se criar condições para que o educando, respeitado o seu direito à diferença, entre em contato com conhecimentos significativos para a sua realidade, para que em relação com sua comunidade de origem, possa agir com a competência e a responsabilidade necessárias às mudanças que ela requeira.

Portanto, a escola atua com estratégias integradoras que asseguram um ensino-aprendizagem alinhada com as mudanças advindas a partir das novas tendências educacionais que estão em constantes transformações.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E CRUZEIRO
GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENAÇÃO INTERMEDIÁRIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PPP

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADORES	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	RECURSOS NECESSÁRIOS
<p>Pedagógica</p> <ul style="list-style-type: none"> Reduzir os níveis de retenção no ano em 20%. 	<ul style="list-style-type: none"> Mapear os alunos que necessitam de reforço escolar. Aprimorar o Projeto Interventivo para os alunos que chegam à escola, para os anos mais avançados sem saber ler nem escrever e sem operar minimamente com os números. 	<ul style="list-style-type: none"> Reunião com os professores Regentes e Coordenadora Pedagógica para traçar as estratégias do Projeto Interventivo e Reforço Escolar. Organização do espaço escolar para que o Reforço Escolar e o Projeto Interventivo 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar os estudantes por meios das avaliações diagnósticas, de percurso e final. 	Reuniões bimestrais exclusivamente com os pais dos alunos em Reforço Escolar e Projeto Interventivo, para que saibam como o trabalho é desenvolvido e informações sobre as dificuldades e avanços deles no cotidiano	Equipe Gestora, Coordenação Pedagógica e Corpo Docente.	Durante o ano letivo.	Planilhas de cada turma contendo os resultados das avaliações.

<ul style="list-style-type: none"> Fazer da Coordenação Pedagógica um espaço de estudo intra-escolar para os docentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar uma quarta-feira quinzenalmente para estudo. 	<p>aconteçam.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Semanalmente convocar os alunos que necessitam dos projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Registro em atas das discussões realizadas nas reuniões de coordenação. 	<p>escolar.</p> <p>Através de conversa com os Educadores.</p>	<p>Equipe Gestora, Coordenadora Pedagógica e SOE.</p>	<p>Durante o ano letivo.</p>	<p>Livro para registro das atas</p>
<ul style="list-style-type: none"> Reservar um momento da Coordenação Individual para atuação do Coordenador Pedagógico junto 	<ul style="list-style-type: none"> - Reunir mensalmente com a Coordenadora Pedagógica para verificar o planejamento semanal está sendo desenvolvido junto com os professores nas 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo do Currículo e troca de experiências. - Conversa com a Coordenadora Pedagógica sobre os planejamentos e saber sobre as 		<p>Através de conversas com a Coordenadora Pedagógica.</p>	<p>Equipe Gestora.</p>	<p>Durante o ano letivo.</p>	

<p>ao professor .</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover mecanismos que concretizem a integração dos ANEE's. 	<p>Coord. Individuais.</p> <p>- Inserir os ANEE's nas atividades da escola no decorrer do ano letivo.</p>	<p>necessidades dos professores para supri-las.</p> <p>- Envolvimento, por meio dos projetos pedagógicos, de todos os ANEE's nas atividades curriculares da escola e eventos.</p>	<p>Articular junto ao SOE estratégias de atendimento diferenciado para esses estudantes</p>	<p>- Através de reuniões para análise da integração dos ANEE's.</p>	<p>Equipe Gestora.</p>	<p>Durante o ano letivo.</p>	<p>- Adequação curricular</p>
--	---	---	---	---	------------------------	------------------------------	-------------------------------

11.1.2 - Resultados educacionais

A escola tem como um dos seus objetivos mais fundamentais proporcionar aos seus estudantes acesso a conhecimentos e habilidades considerados importantes, dessa maneira, é de fundamental importância analisar os indicadores que se destinam a medir a aquisição desses conhecimentos e habilidades .Por outro lado, concordamos com Fernandes (p.2) , que afirma que ser

preciso analisar esses indicadores com certo cuidado. Os indicadores de resultado educacionais não são medidas perfeitas do que se pretende mensurar e, em vista da diversidade de objetivos da escola, são certamente incompletos, além do que dificilmente dão uma medida direta do trabalho das próprias escolas, pois os resultados obtidos pelo estudante dependem também das suas próprias características (condições socioeconômica, bagagem cultural, habilidades inatas etc.) e do contexto em que a escola está inserida (se a comunidade interage com a escola, etc.).

Assim, é preciso enxergar tais indicadores com criticidade, verificando o que eles eles tem de base efetivamente sustentável para causar uma mudança nos caminhos da escola. A correção de rumos a partir dos indicadores deve ser feita de acordo com as possibilidades da escola, dentro de seus recursos materiais e técnicos, conforme a real capacidade de seu quadro docente frente às adversidades que sofrem. As metas de aprendizagem estipuladas pelos docentes/comunidade escolar, por isso, precisam ser do tamanho de suas possibilidades, computando as fragilidades que possuem frente aos contextos em que seus trabalhos pedagógicos são exercidos.

A intenção da escola é a realização do direito à aprendizagem pelos alunos, mas sem se furtrar à análise das condições materiais em que ele pode se verificar.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E CRUZEIRO
GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENAÇÃO INTERMEDIÁRIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**PLANO DE PLANO DE AÇÃO PARA O
 DESENVOLVIMENTO DO PPP**

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADORES	AValiaÇÃO DA AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	RECURSOS NECESSÁRIOS
<u>Resultados Educacionais</u> <ul style="list-style-type: none"> Verificar se os educadores estão realizando a avaliação formativa de acordo com as Diretrizes Avaliativas da SEEDF. 	<ul style="list-style-type: none"> Orientar os educadores nas Coordenações Coletivas sobre a importância da Avaliação Processual. Ampliar em 90% a participação dos estudantes na construção do 	<ul style="list-style-type: none"> Análise dos vários instrumentos avaliativos. Conversa com os educadores nas coletivas. Acompanhamento do Diário de Classe no tocante 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento por meio de planilhas eletrônicas das notas obtidas pelos estudantes 	<ul style="list-style-type: none"> Através de reunião com os professores. Análise dos resultados apresentados pelos estudantes. 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe Gestora. Equipe Gestora. Chefe de Secretaria, 	<ul style="list-style-type: none"> Durante o ano letivo. Durante o ano letivo. 	<ul style="list-style-type: none"> Planilhas eletrônicas de cada Turma Diários de

<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar a frequência dos alunos. 	conhecimento. - Zerar o número de alunos retidos devido ao nº de faltas.	à frequência e avisar aos responsáveis pelo aluno o total de faltas.		Conversas com o Chefe de Secretaria e Professores.	Professores, SOE e Equipe Gestora.		classe
---	---	--	--	--	------------------------------------	--	--------

11.1.3 Gestão participativa

A LDB, em seu Art. 14, prevê que:

“Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes”

Dessa forma, é necessário fomentar condições para que os sujeitos históricos se coloquem frente às cotidianas demandas da escola em que estudam ou possuem filhos.

Para tanto, acreditamos que devemos consolidar os mecanismos de participação comunitária dentro de nossa escola, seja no Conselho Escolar, conselhos de classes, associações de pais, etc.

A democratização da escola implica em novas posturas frente a seus usuários, rompendo com processos centralizados de decisão , que , por vezes, causam estranheza e descontentamento ao público que a frequenta.

A participação de todos os segmentos escolares nos processos de decisão, em quaisquer níveis, é fundamental para a partilha do êxito obtido junto aos alunos, e a mobilização para combater eventuais insucessos. A gestão centralizada torna a escola frágil em seu processo decisório, o que pode acarretar severos problemas na condução dos processos pelos quais é responsável.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E CRUZEIRO
GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENAÇÃO INTERMEDIÁRIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PPP

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADORES	AVALIAÇÃO DA AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	RECURSOS NECESSÁRIOS
<p><u>Participativa</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Garantir a participação do Conselho Escolar na Gestão da escola. Fortalecer 	<ul style="list-style-type: none"> Conscientizar todos os membros da importância do papel de cada um nas tomadas de decisão. Aumentar em 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de reuniões mensais, ou quando necessário, para tomada de decisão, legitimando assim o processo da Gestão 	<ul style="list-style-type: none"> Registro em livro ATA das reuniões do Conselho Escolar Levantamento 	<p>Através de conversas com os membros nos dias determinados para as reuniões.</p> <p>Bimestralmente reunir com os membros para verificação da</p>	Equipe Gestora e SOE	Durante o ano letivo.	<ul style="list-style-type: none"> Livro para registro das atas

<p>a participação das famílias na APM.</p> <ul style="list-style-type: none"> Fortalecer as parcerias internas e externas. 	<p>30% o número de colaboradores da APM.</p> <ul style="list-style-type: none"> Manter a parceria estabelecida com o UniCEUB. Estreitar mais ainda a parceria com o Conselho Tutelar. Encaminhar para o Posto de Saúde algum caso que tenha urgência no tratamento, para assim, agilizar o encaminhamento para a área médica específica. 	<p>Democrática.</p> <ul style="list-style-type: none"> Promoção de campanha, esclarecendo o papel da APM à comunidade escolar. Realização de sorteios de brindes aos colaboradores. Realização de pequenos serviços na escola por parte do UniCEUB, tais como: corte da grama, troca de lâmpadas, consertos de vazamentos, revitalização do parquinho. Em relação à parte pedagógica, enriquecimento das aulas dos 	<p>do quantitativos de pais/responsáveis presentes em cada reunião</p> <ul style="list-style-type: none"> Manter contato com as instituições parceiras 	<p>atuação da APM.</p> <p>Reunião semestral com os Representantes do UniCEUB.</p> <p>Acompanhamento do andamento de cada caso para verificação das soluções adotadas junto com o Conselheiro que ficou responsável pelo.</p> <p>Acompanhamento do caso diretamente com os responsáveis pelo aluno.</p>			
---	---	---	---	--	--	--	--

		<p>professores na área de Ciências, de acordo com a demanda dos professores.</p> <p>- Encaminhamento dos alunos que demanda uma ação direta do Conselho Tutelar.</p> <p>- Encaminhamento dos alunos ao Posto de Saúde e orientação aos seus responsáveis.</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

11.1.3.1 - Conselho escolar

Na Dimensão Participativa temo o Conselho Escolar que é o órgão colegiado responsável pela gestão da escola, em conjunto com a direção, representado pelos segmentos a comunidade escolar, pais, alunos, professores e funcionários.

As funções do Conselho Escolar são: consultivas- quando é consultado sobre questões importantes da escola; deliberativa- quando aprova, decide e vota sobre assuntos pertinentes às ações da escola nos âmbitos administrativo, pedagógico e financeiro; normativa- quando elabora seu regimento, avalia e define diretrizes e metas de ações pertinentes à dinâmica do processo educativo, para um bom funcionamento da escola; e, por último, fiscalizadora / avaliativa- quando exerce o papel de controle, ficando subordinado apenas à ASSEMBLÉIA GERAL, fórum máximo de decisão da comunidade escolar. O Conselho tem em sua composição 05 (cinco) membros representados pelos segmentos da comunidade escolar assim contemplados, sendo 02 (dois) pais;01 (um) professor;01 (um) da carreira assistência. Vale acrescentar que o diretor é membro nato no Conselho Escolar.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E CRUZEIRO
GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENAÇÃO INTERMEDIÁRIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR

UNIDADE ESCOLAR: ESCOLA CLASSE 708 NORTE

MODALIDADE/ETAPA: SEGUNDO CICLO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

OBJETIVO GERAL: Aumentar a participação dos membros do Conselho Escolar nas atividades da Escola fomentando um ambiente democrático e participativo na Unidade de Ensino.

NECESSIDADES E DEMANDAS PEDAGÓGICAS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	INDICADORES	PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES	RECURSOS NECESSÁRIOS
Mobilização da comunidade escolar.	Mobilizar todos os seguimentos do colegiado. Aumentar a participação dos membros do Conselho Escolar nos	Reuniões mensais ou quando necessário. Participação nos eventos e nas atividades da escola.	Levantamento e registro da participação da comunidade escolar nas ações realizadas pela escola	Equipe Gestora, Professores, Alunos, Servidores da Carreira Assistência e Comunidade em geral.	Toda comunidade escolar.	Durante todo o ano letivo.	Conversas após as reuniões.	- Material de divulgação das ações da

<p>Melhorar as relações interpessoais e as atividades pedagógicas da escola.</p>	<p>eventos da escola.</p> <p>Avaliar os projetos elaborados e em execução de todos os seguimentos da escola.</p> <p>Garantir a participação de todos os seguimentos para estabelecer parcerias entre a escola e a família.</p> <p>Garantir a implementação dos princípios da gestão</p>	<p>Participação nas reuniões coletivas de todos os seguimentos da escola bimestralmente.</p> <p>Palestra/oficina para pais ou responsáveis.</p> <p>Reuniões bimestrais para decidir o que comprar com as verbas, com o objetivo de atender as</p>	<p>Registrar as reuniões e as</p>	<p>Equipe Gestora, Educadores, Educandos, membros do Conselho Escolar e Comunidade.</p>	<p>Toda comunidade escolar.</p>	<p>Durante o ano letivo.</p>	<p>Avaliação oral de cada encontro.</p> <p>Através de observações, de Conversas informações com os participantes.</p>	<p>escola -Site da escola -</p> <p>Espaços de discussão e registro das dificuldades encontradas.</p>
--	---	---	-----------------------------------	---	---------------------------------	------------------------------	---	--

	democrática. Acompanhar os gastos das verbas públicas.	demandas pedagógicas e administrativas.					Através da análise dos balancetes.	
--	---	---	--	--	--	--	------------------------------------	--

11.1.3.2 - APM – Associação de Pais e Mestres

É uma entidade sem fins lucrativos, que promove campanhas, arrecadações de donativos e mensalidades para apoiar a escola em suas necessidades, tais como: reparos, manutenção das instalações elétricas e hidráulicas, compra de materiais didáticos, materiais de limpeza e expediente emergenciais, conserto de equipamentos, complementação da merenda, dentre outros. Recebe, aplica e presta contas dos recursos recebidos do Governo Federal e do Distrito Federal e arrecadações de campanhas e mensalidades dos associados. Sua Diretoria é eleita anualmente em assembleia e composta por pais ou responsáveis, professores e a diretoria da escola. A mensalidade atualmente é de dez reais. O pagamento das mensalidades não é obrigatório, mas extremamente necessário para a manutenção e melhoria da escola. Eventualmente haverá campanhas para um fim específico, sendo que estas campanhas não incluem a contribuição mensal.

11.1.4 - Pessoas

Escola e comunidade devem caminhar juntas em busca de uma efetiva aprendizagem dos alunos. O desafio cotidiano é manter ambas unidas em prol do coletivo. É furar a barreira do individualismo, das soluções personalistas para fazer do espaço escolar um lugar de permanente debate comunitário sobre as dificuldades colocadas à escolarização e as alternativas possíveis.

O Projeto Político Pedagógico, particularmente, quando executado por todos os segmentos da comunidade escolar, tem mais chances de colher êxitos. Afinal, os erros e acertos são compartilhados, gerando novas responsabilidades coletivas. O Projeto Político-Pedagógico constitui-se como uma mudança de paradigma, pois quebra a tradição autoritária de formular-se decisões unilaterais. Ele busca repensar as relações competitivas e autoritárias, típicas de uma sociedade que não conseguiu consolidar a democracia para se governar, e que ainda aposta na lei dos mais fortes impondo posturas e ações aos mais fracos. Comportamentos esses que vão na contramão de uma escola pública, de qualidade, gratuita e para todos.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E CRUZEIRO
GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENAÇÃO INTERMEDIÁRIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PPP							
OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADORES	AVALIAÇÃO DA AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	RECURSOS NECESSÁRIOS
<p><u>Pessoas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Promover ações que favoreçam a integração da comunidade no contexto escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover pelos menos duas atividades culturais durante o ano letivo. Utilizar os dias previstos no Calendário Escolar 	<ul style="list-style-type: none"> Realização de eventos onde a comunidade local seja convidada, para assim promovermos uma integração dela no contexto escolar. Estabelecimento de instrumentos eficazes de avaliação que 		<p>Confirmar ou não nos eventos a participação da comunidade.</p> <p>Divulgação dos resultados numa reunião, após os mesmos serem</p>	<p>Equipe Gestora.</p> <p>Equipe Gestora.</p>	<p>Semestralmente.</p> <p>Datas definidas no Calendário Escolar e divulgação um mês após a avaliação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Material necessário para divulgação das ações (Bilhetes, agenda, site da escola)

<p>Oferecer instrumentos para a Avaliação Pedagógica do Semestre/da Comunidade Escolar e Dia temático na escola.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Suprir ausência de professor . 	<p>para a avaliação dos segmentos da instituição.</p> <p>- Elaborar uma escala de substituição nos dias de Escola Parque.</p>	<p>meçam o desempenho de todos os segmentos da instituição educacional.</p> <p>- Fixação da escala no mural da sala dos professores e acompanhamento do cumprimento da mesma.</p>		<p>tabulados e fazer uma reflexão do trabalho realizado.</p> <p>Conversas com os professores.</p>	<p>Equipe Gestora.</p>	<p>Durante o ano letivo</p>	<p>- Coordenador e Equipe Gestora para entrada em sala de aula na causa de falta ou substituição do professor regente</p>
---	---	---	--	---	------------------------	-----------------------------	---

11.1.5 - Financeira

PDAF – PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF é uma verba do Governo do Distrito Federal e tem por princípio a autonomia da gestão financeira das Unidades Escolares de ensino público do Distrito Federal e das Coordenações Regionais de Ensino, nos termos de seu projeto político-pedagógico e do plano de trabalho.

Esta verba é recebida através da APM (Associação de Pais e Mestres) da Unidade Escolar ou CRE, que é denominada Unidade Executora, onde deverá observar os princípios da moralidade, impessoalidade, isonomia, publicidade, eficiência e economicidade para aplicação dos recursos.

Os recursos alocados ao PDAF são consignados na Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal – LOA/DF, podendo ter sua origem em Lei de Créditos Adicionais.

O valor repassado é calculado com base no número de alunos, de acordo com o censo escolar.

A solicitação dos recursos do programa observará a programação estabelecida para implementação e execução do plano administrativo anual que engloba o projeto político-pedagógico e o plano de trabalho elaborado pela direção da Unidade Escolar, conjuntamente com membros da diretoria da Unidade Executora, aprovada previamente pelos órgãos deliberativos, sejam, o Conselho Escolar ou a Assembleia Geral Escolar.

A utilização dos recursos do programa deverá assegurar a execução do plano administrativo anual que engloba o projeto político-pedagógico e o plano de trabalho, de acordo com a disponibilidade orçamentária, ou seja, despesas de custeio e despesas de capital. São considerados despesas de custeio: aquisição de materiais classificados como custeio, diversificados e necessários ao desenvolvimento de atividades administrativas e pedagógicas, estando em consonância com o PPP, contratação de serviços de pessoa física ou jurídica para pequenos reparos ou instalações, aquisição de gás e outras despesas especificadas em Lei. São consideradas despesas de capital: aquisição de materiais classificados como permanentes ao desenvolvimento de atividades administrativas e

pedagógicas, estando sempre em consonância com o PP, como por exemplo, aparelho de som portátil e TV.

PDDE – PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

O PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola é uma ação governamental iniciada em 1995, que tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e outras entidades sem fins lucrativos.

O programa engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

Todas as escolas públicas da rede distrital que possuam alunos matriculados na educação básica, de acordo com dados extraídos do censo escolar realizado pelo Ministério da Educação (MEC), no ano anterior ao entendimento, com unidades executoras cadastradas, têm direito aos recursos do PDDE.

Os recursos do PDDE são destinados ao uso em benefício do aluno, para serem empregados na manutenção e desenvolvimento do Ensino, prioritariamente:

- I- Na aquisição de material permanente;
- II- Na realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física da unidade escolar;
- III- Na aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola;
- IV- Na avaliação de aprendizagem;
- V- Na implementação de projetos pedagógicos;
- VI- No desenvolvimento de atividades educacionais.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E CRUZEIRO
GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENAÇÃO INTERMEDIÁRIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PPP							
OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADORES	AVALIAÇÃO DA AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	RECURSOS NECESSÁRIOS
<p><u>Financeira</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a gestão financeira da escola de forma transparente participativa relativa aos recursos repassados à 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar os recursos oriundos do PDDE e PDAF para melhoria da parte física, administrativa e pedagógica da escola. - Utilizar os recursos da APM para complementação da merenda 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de reunião com o Conselho Escolar para verificação das prioridades. - Apresentação posterior da Prestação de Contas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Registro das compras/despesas em planilha eletrônica e disponibilização dessa planilha no mural da Escola e site da Escola 	<p>Verificação se foram sanadas as necessidades da escola, caso contrário, saber o por quê e traçar estratégias para viabilizar as compras.</p> <p>Acompanhamento</p>	<p>Conselho Escolar.</p> <p>Equipe Gestora.</p> <p>Equipe Gestora.</p>	<p>Bimestralmente</p> <p>Bimestralmente</p> <p>Durante o ano letivo.</p>	<p>Planilha eletrônica impressa, site da escola</p>

Escola, bem como daqueles diretamente arrecadados.	escolar promoção de pequenos eventos e reparos.	e de e - Apresentação dos gastos através dos balancetes.		diário.			
--	---	---	--	---------	--	--	--

11.1.6 - Administrativa

Cuida da parte física (o prédio e os equipamentos materiais que a escola possui) e da parte institucional (a legislação escolar, direitos e deveres, atividades de secretaria). Suas especificidades estão enunciadas no Plano Escolar (também denominado Plano Político Pedagógico de Gestão Escolar, ou Projeto Pedagógico) e no Regimento Escolar.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E CRUZEIRO
GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENAÇÃO INTERMEDIÁRIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PPP

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	INDICADORES	AVALIAÇÃO DA AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	RECURSOS NECESSÁRIOS
<p><u>Administrativa</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Suprir a escola de materiais. • Manter em bom estado de conservação a parte física da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Adquirir os materiais necessários ao bom andamento das atividades escolares. - Verificar a necessidade de obras/reparos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de reunião mensal com o Conselho Escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Controle do estoque de materiais disponíveis 	<p>Acompanhamento direto.</p>	<p>Equipe Gestora e Conselho Escolar.</p>	<p>Durante o ano letivo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Verba para aquisição dos materiais faltantes - Acompanhar diariamente a Estrutura e funcionamento das dependências da escola.

12 – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

No Projeto Político Pedagógico a avaliação permite o acompanhamento das metas traçadas para atender às necessidades da instituição escolar. O PPP necessita de um acompanhamento coletivo sistemático, a fim de que se possa verificar se o planejamento está adequado ao que se quer alcançar (metas propostas), identificar os objetivos que foram exitosos, quais as metas que não foram alcançadas, e quais ações/estratégias necessitam de redirecionamento, para o alcance da aprendizagem e formação dos futuros cidadãos.

Assim, é preciso que o grupo estabeleça como pretende realizar o processo de avaliação e acompanhamento do PPP, desde a sua elaboração. É preciso lembrar que a palavra avaliação remete à palavra valia, então a dimensão valorativa não escapa a análise sobre aquilo que executamos. Qual foi o valor de nosso trabalho pedagógico? As crianças se valeram do que foi ensinado? Cresceram? Os professores/as estão satisfeitos com os resultados de suas turmas e com a maneira que encaminharam o seu fazer pedagógico? E esses resultados impactaram na ANA ou no IDEB? Como foi a atuação dos serviços de biblioteca, SOE, EEAA, Sala de Recursos frente ao conjunto de alunos que atendem? O que as pessoas a frente deles gostariam de ver melhorado?

Por outro lado, como se realizaram os serviços que auxiliam o ensino? A copa/cozinha? Conseguiu trabalhar sem atropelos? E a portaria? Os problemas com horários de alunos e de pais, nas entradas e saídas de turnos, foram superados? A secretaria conseguiu trabalhar com a celeridade necessária a alguns processos? O que faltou ao atendimento da comunidade que a procura?

Creemos no processo de avaliação como elemento inerente ao Projeto Político Pedagógico, pois através do mesmo é possível mensurar como mais rigor toda a Gestão Escolar. Inclusive no que diz respeito aos seus dispositivos democráticos. Como funciona o Conselho Escolar? É órgão decorativo ou atuante nos processos decisórios? E as reuniões pedagógicas? As suas decisões são executadas? E a relação professor-aluno? Consegue acompanhar o reivindicado pelos eixos transversais do Currículo em Movimento? E a relação dos auxiliares de ensino com os professores e alunos? É uma relação de corresponsabilidade com a função social da escola? Como a comunidade se coloca ao longo da escolarização de seus filhos? Participa dos debates sobre o fazer escolar? Participa somente das festividades? O que precisa melhorar nesse sentido?

Assim, a avaliação deve ser uma prática verificada entre todos os segmentos escolares, até porque são muitos os atores envolvidos na imensa trama que é o fazer escolar. Obviamente, a gestão acaba por dirigir o processo avaliativo, mas este deve ser objeto de empenho de todos: auxiliares de ensino, comunidade, alunos e professores.

O melhor acompanhamento da execução do Projeto Político Pedagógico dependerá do esforço da comunidade escolar em estipular e construir seus recursos avaliativos, tanto do ponto de vista administrativo quanto pedagógico. Encarada como um instrumento de aperfeiçoamento, a avaliação do PPP deve ser vista como um meio de retomar trabalhos não bem sucedidos, e verificar o trilhar onde o sucesso se verificou, a fim de que seja repetido. A revisão de metas pode ser um desejo do todo escolar, bem como, a construção de novas rotinas e projetos.

A avaliação do PPP significa a retomada do planejamento naquilo que foi e não foi concretizado. Não deve ser vista como um desabono a pessoas em particular, mas como um empenho coletivo de ver a unidade de ensino crescer a partir da correção de seus erros e equívocos, sem que se despolitize. Ao contrário, a unidade de ensino deve verificar óbices estruturais que impedem que exerça seu papel com mais rigor. E seguir seu plano em cima de sua capacidade de realização, mobilizando-se em prol de seus interesses caso considere necessário.

13 – PROJETOS ESPECÍFICOS

O trabalho com projetos traz uma dinamicidade para a escola como um todo, principalmente para alunos e professores. Os primeiros saem da condição de meros receptores de informação, para a condição de criadores de inventos. O esforço é para que os projetos levem o aluno para um mundo de descobertas, onde a ciência faça mais sentido, bem como os passos que permitem a ela existir. Aprender a selecionar, organizar, priorizar elementos e analisá-los, entre outras possibilidades, é função do projeto, seja qual for a área em que estiver inserido. A construção do projeto, sua execução e a partilha de seus resultados, dão aos alunos a visão de processo, fundamental para construir grandes e pequenos engenhos. Além de trabalhar a idéia de tempo: do planejamento, da execução e da avaliação dos resultados. Aquisições fundamentais na vida adulta.

Nesse ano a ideia inicial seria o desenvolvimento de um projeto de Leitura com o trabalho de um Autor por bimestre, definido nas reuniões de coordenação pedagógica. Com a Pandemia Mundial - COVID-19 novos projetos estão sendo repensados para serem desenvolvidos com o uso do Ambiente Virtual De Aprendizagem (AVA).

15 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 1988. BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF. 2014. BRASIL.

Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. 1996. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB n. 4/98.

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF. 1998. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros curriculares nacionais para o terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 7ª 23d. Petrópolis: Vozes, 1998.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 4.036, de 25 de outubro de 2007. Dispõe sobre a gestão compartilhada nas instituições educacionais da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências. Brasília, DF. 2007.

DISTRITO FEDERAL. Lei 2.686 de 07 de fevereiro de 2001. Dispõe sobre a classificação de alunos mediante promoção nas séries ou etapas do nível escolar “educação básica” dos estabelecimentos de ensino da rede pública do Distrito Federal. Brasília, DF. 2001.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Fundamental - Séries Iniciais. 2014.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Fundamental - Séries Finais. 2014.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressupostos Teóricos. 2014.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Diretrizes de Avaliação do Processo de Ensino e de aprendizagem para a Educação Básica. 2008.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Plano Distrital de Educação. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 15, de 11 de fevereiro de 2015. Aprova o Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Brasília, DF. 2015

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Projeto PolíticoPedagógico Professor Carlos Mota.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Proposta Didática para Construção de Inventário Social, Histórico e Cultural das Escolas do Campo. 2016

LIMA, Erisevelton Silva. O Diretor e as Avaliações Praticadas na Escola. Brasília-DF: Kiron, 2012.

PLANO DE AÇÃO SOE 2020

ESCOLA CLASSE 708 NORTE

14 - S. O. E. Serviço de Orientação Educacional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES
Organizar e sistematizar o trabalho a ser realizado na Unidade Escolar.	1- Organização do espaço virtual;	Professores	Comunidade escolar.	Durante as aulas não presenciais.	Estruturação do espaço virtual e organização dos instrumentos de registros e documentos.
	2- Atualizar e/ou elaborar formulários, instrumentos de registro e rotina de arquivamento.	GOE, orientadores educacionais da CRE PP/C e secretaria escolar	Comunidade escolar.	Durante o ano letivo.	

	3- Estudar, consultar e analisar documentos que respaldam a ação pedagógica da Orientação Educacional.	Equipe pedagógica e comunidade escolar.	OE e comunidade escolar.	Durante o ano letivo.	Promoção da identidade da Orientação Educacional.
	5- Apresentação do SOE à comunidade escolar;	Direção	Comunidade escolar	Início do ano letivo.	
	6- Estabelecer comunicação ativa e atualizada com a comunidade escolar pelas plataformas.	Direção, professores, SEAA	Comunidade escolar	Durante o ano letivo.	
	7- Participação nos cursos de formação da EAPE e outros validados pelo MEC;	EAPE e outras instituições.	Orientadores Educacionais	Durante o ano letivo	Aperfeiçoamento da prática.
	8- Participação nos encontros de articulação pedagógica dos orientadores educacionais da CRE PP.	GOE, coordenação intermediária dos orientadores educacionais e	Orientadores Educacionais	Durante o ano letivo.	Aperfeiçoamento e atualização da prática.

		outros.			
Conhecer a clientela e identificar a demanda escolar a ser acompanhada pelo SOE	1- Proceder o mapeamento institucional;	Secretaria escolar, SEAA, equipe gestora, professores, Escolas Parque.	Comunidade escolar	Primeiro bimestre.	Análise e compreensão dos dados coletados.
	2- Análise coletiva das informações e dados coletados no mapeamento institucional;	Equipe escolar.	Comunidade escolar.	Durante o ano letivo.	

	3- Colaboração na análise de indicadores de aproveitamento, evasão, repetência e infrequência.	Equipe escolar.	Estudantes.	Durante o ano letivo.	Entrega das atividades virtuais e acompanhamento aprendizagem.
Contribuição com a articulação da comunidade escolar, na elaboração e na implementação da PP e da Avaliação Institucional	1- Participar da construção coletiva da PP;	Equipe escolar.	Comunidade escolar.	Primeiro bimestre.	Aprovação da PP.
	2- Participação do Comitê Local de retorno não presencial das aulas;	Direção, representante dos pais, carreira assistência, dos professores.	Comunidade escolar	A partir Junho de 2020	Plano de Ação da Unidade Escolar.
	3 - Elaborar o Plano de Ação Anual da Orientação Educacional;	Orientadores educacionais do Plano Piloto	Comunidade escolar.	Primeiro bimestre.	Aprovação do Plano de Ação Anual do SOE.

	4 - Articular ações e projetos com o Nível Central da Orientação Educacional	Coordenação intermediária dos OEs e GOE	Comunidade escolar.	Durante o ano letivo.	
	5- Sensibilizar e promover o conhecimento das normativas constantes no Regimento Escolar das Escolas Públicas do DF, bem como leis que versam sobre crianças e adolescentes;	Direção, coordenação, SEAA, equipe pedagógica.	Comunidade escolar.	Durante o ano letivo.	Seguimento do Regimento Escolar e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.
	6- Contribuir com a equipe gestora nos encaminhamentos e nas ações que envolvam diretrizes e legislações pertinentes à defesa dos direitos dos estudantes e de suas famílias;	Direção, Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude.	Comunidade escolar.	Quando necessário de acordo com a demanda.	Garantia dos direitos dos estudantes.

	7- Mediar situações de conflito;	SEAA, Direção, professores.	Comunidade escolar.	Quando necessário.	Convivência saudável
	8- Realização de ações integradas com o corpo docente no desenvolvimento de projetos sobre saúde, cultura de paz, hábitos de estudo, respeito, projeto de vida entre outros conforme a demanda levantada.	Professores, coordenação pedagógica, direção.	Comunidade escolar	Durante o ano letivo.	
Integrar ações do SOE às do professor, como colaboração no processo de aprendizagem e no	1- Atender individualmente e/ou coletivamente os professores;	SEAA, Sala de Recursos, equipe pedagógica, Direção	Professores.	Quando necessário.	Verificação do atendimento da demanda.

desenvolvimento do estudante.					
	2- Participar das coordenações coletivas;	Equipe escolar e outros parceiros.	Equipe escolar.	Durante o ano letivo.	Análise dos objetivos da reunião..
	3- Sondar as demandas ou dificuldades indicadas pelo corpo docente;	SEAA, equipe pedagógica, Direção, Famílias.	Professores	Durante o ano letivo.	Atendimento das demandas levantadas.
	4- Participação no Conselho de Classe;	Equipe escolar.	Professores.	Bimestralmente.	Avaliação das queixas e das intervenções.
	5- Acolhimento dos professores no contexto de ensino não presencial.	Direção, equipe pedagógica, Sala de Recurso, Sala de Apoio, *SEAA.	Professores.	A partir de junho de 2020.	Expressão dos professores.

Contribuir para o desenvolvimento integral do estudante, ampliando suas possibilidades de interagir no meio escolar e social, como ser autônomo, crítico e participativo.	1- Atendimentos de estudantes individuais e/ou em grupo de acordo com suas necessidades;	Direção, SEAA e equipe escolar.	Estudantes.	Durante o ano letivo.	Atendimento da demanda.
	2- Subsidiar a organização eficiente do trabalho escolar e a rotina de estudo;	Professores, Família.	Estudantes	Durante o ano letivo.	Efetivação da rotina e organização dos estudos.
	3- Acolhimento dos estudantes no contexto de ensino não presencial;	Direção, equipe pedagógica, Sala de Recurso, Sala de Apoio, SEAA.	Estudantes	A partir de junho de 2020.	Expressão dos estudantes

Participar do processo de integração entre família, escola e comunidade, realizando ações que favoreçam o envolvimento dos pais no processo educativo.	1- Atendimentos individuais/coletivos das famílias para identificação das causas que interferem no avanço do processo de ensino e aprendizagem do estudante e orientação para a compreensão da cultura escolar e para a importância da formação de hábitos de estudo;	SEAA, Sala de Recursos, Direção, equipe pedagógica.	Famílias.	Durante o ano letivo.	Acompanhamento das famílias no processo educativo.
	2- Acolhimento das famílias no contexto de ensino não presencial;	Direção, equipe pedagógica, Sala de Recurso, Sala de Apoio (no momento os alunos estão sendo atendidos no Polo IV).	Famílias	A partir de junho de 2020.	Expressão das famílias

	3- Participação nas reuniões bimestrais com as famílias, conforme a demanda apresentada pela comunidade escolar;	SEAA, Direção, equipe pedagógica e outros parceiros.	Famílias.	Bimestralmente.	Participação e retorno das famílias.
	4- Encontros com as famílias para desenvolver temas de acordo com a demanda da comunidade escolar.	SEAA, Direção, professores e outros parceiros.	Famílias.	Bimestralmente.	
	5- Reunião com os pais dos estudantes ANEE's.	SEAA, Sala de Recursos e Direção, Equipe pedagógica.	Famílias.	Ao longo do ano letivo.	

Integrar as ações do SOE com outros profissionais da unidade escolar e instituições especializadas para atender os estudantes que apresentam problemas de conduta e dificuldades específicas de aprendizagem.	1- Mapear as instituições e os parceiros da rede de Promoção, Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.	SEAA, profissionais da Rede de Apoio, Equipe escolar e Direção.	Estudantes.	Ao longo do ano letivo.	Atendimento recebido pelos estudantes e pelas famílias.
	2- Colaboração no encaminhamento de estudantes que apresentem vulnerabilidade, dificuldades de aprendizagem e/ou problemas de ajustamento psicossocial para o acompanhamento especializado adequado no âmbito educacional e/ou da saúde;	SEAA, Direção, Equipe escolar, área da saúde, Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude entre outros.	Estudantes e/ou famílias.	Quando necessário.	
	3- Encaminhamento para consulta oftalmológica;	UNIAE.	Estudantes.	Ao longo do ano letivo.	Atendimento das necessidades do estudante.

	5- Realizar estudos de caso;	Equipe escolar, SEAA, Sala de Recurso, Sala de Apoio e profissionais da área de saúde.	Estudantes.	Quando solicitado.	
--	------------------------------	--	-------------	--------------------	--

*No momento a escola está com uma sala própria do Serviço de Orientação ao Estudante na plataforma Google Sala de aula para atendimento aos estudantes.

Não há na escola o atendimento do SEAA - Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem

Orientadora Educacional - Eunice Barbosa Ferreira.

